
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

entre

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ARTUR GERALDO DE AZEVEDO

MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO

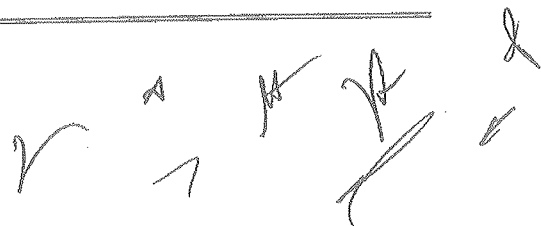
MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO

VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO

SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NATUREZA IMÓVEIS S.A.

22 de outubro de 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Voluntários da Pátria, nº 635, Bairro Vila da Prata, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 34.516.088/0001-10, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

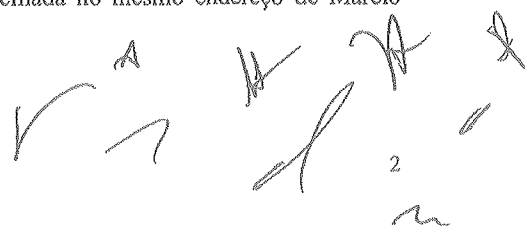
como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, objeto desta Escritura de Emissão (conforme termo definido abaixo);

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

na qualidade de fiadores,

(c) **ARTUR GERALDO DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1432862, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ("SSP/MG"), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 045.153.406-97, residente e domiciliado na Rua Santana de Caldas, nº 50, Bairro Mangabeiras, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Artur"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-3.027.042, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.639.106-30, residente e domiciliada no mesmo endereço de Artur ("Maria Helena");

(d) **MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1041029, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.128.846-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Melo Júnior, nº 270, Bairro São Bento, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Márcio" e, em conjunto com Artur, "Fiadores"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-265.880, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.995.456-70, residente e domiciliada no mesmo endereço de Márcio ("Vera Lucia"); e



na qualidade de garantidores,

(e) SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.124.938/0001-93, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Seculus Empreendimentos");

(f) NATUREZA IMÓVEIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, nível 2, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.159.393/0001-83, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Natureza Imóveis" e, em conjunto com Seculus Empreendimentos, "Garantidores");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores designados e os Garantidores, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

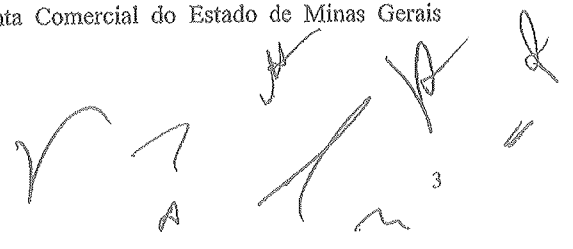
Vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão" e "Oferta", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "Oferta"), a celebração da presente Escritura de Emissão, bem como a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definida) prestada pela Companhia, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 15 de outubro de 2014 ("AGE"), que aprovou a sua realização, conforme disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. As fianças prestadas por Artur Geraldo de Azevedo e Márcio José Siqueira de Azevedo foram autorizadas pelas suas respectivas cônjuges, Sra. Maria Helena da Silva e Sra. Vera Lúcia Leão.

1.3. A Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definida) prestada pela Seculus Empreendimentos foi devidamente autorizada em sua assembleia geral extraordinária realizada em 28 de agosto de 2014, que deliberou sobre a prestação da referida garantia, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 5371335, em 11 de setembro de 2014.



1.4. A Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definida) prestada pela Natureza Imóveis foi devidamente autorizada em sua assembleia geral extraordinária realizada em 28 de agosto de 2014, que deliberou sobre a prestação da referida garantia, cuja ata foi registrada na JUCEMG sob o nº 5371890, em 12 de setembro de 2014.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

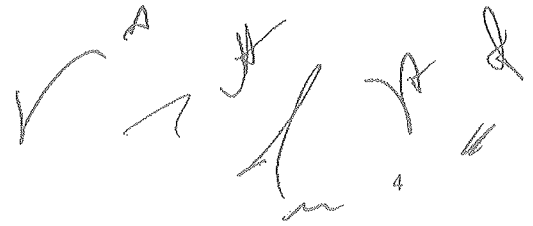
2.1.1.2. A Emissão será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo), de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.1.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação das Atas

2.1.2.1. A ata de AGE da Emissora que deliberou sobre a Oferta será arquivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("JUCEA") e publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Amazonas ("DOEAM") e (ii) no "Jornal do Comércio de Manaus", em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A ata de AGE da Seculus Empreendimentos que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 5371335, em 11 de setembro de 2014, e será publicada (i) no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e (ii) no jornal "Hoje em Dia".

2.1.2.2. A ata de AGE da Natureza Imóveis que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) será arquivada na JUCEMG sob o nº 5371890, em 12 de setembro de 2014, e será publicada (i) no DOEMG e (ii) no jornal "Hoje em Dia".



2.1.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.1.3.1. Essa Escritura de Emissão e eventuais aditamentos a ela serão registrados na JUCEA, de acordo com o inciso II e §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3.2. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação").

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. Os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definidos na Cláusula 6.5.1 abaixo), assim como quaisquer aditamentos a estes contratos, serão celebrados e levados a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis da localidade dos imóveis objetos da garantia, nos prazos indicados em referidos contratos.

2.1.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.5.1 abaixo), assim como quaisquer aditamentos a este contrato, serão celebrados e levados a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das Partes, nos prazos indicados em referido contrato.

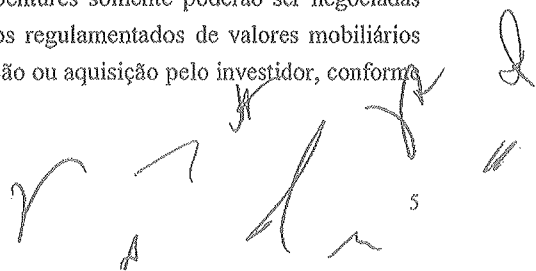
2.1.4.3. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.11 abaixo, a presente Escritura de Emissão será também registrada, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de sede ou domicílio das Partes, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura desta Escritura de Emissão.

2.1.4.4. A Emissora entregará vias originais registradas da presente Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ao Agente Fiduciário em 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a Data de Liquidação.

2.1.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 (ii) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme



disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. Nos termos do seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a importação, exportação, fabricação, montagem e comercialização de joias, relógios, pulseiras, caixas para relógios, peças e acessórios de relógios e joias, outros aparelhos de medição de tempo e aparelhos de mecânica ou eletrônica de precisão, bem como prestação de serviços de assistência técnica.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Para todos os fins, esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, e as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas “Debêntures”.

3.4. Valor Total da Emissão

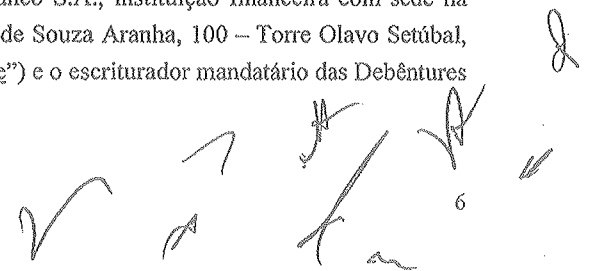
3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”), observado que: (i) o valor total de emissão das Debêntures da Primeira Série será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e (ii) o valor total de emissão das Debêntures da Segunda Série será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures, divididas igualmente entre as duas séries, sendo: (i) 40 (quarenta) Debêntures da Primeira Série e (ii) 40 (quarenta) Debêntures da Segunda Série.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”) e o escriturador mandatário das Debêntures



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large 'V' and several other marks.

será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", e, no caso da instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação") e eventuais termos de adesão a esse Contrato de Colocação.

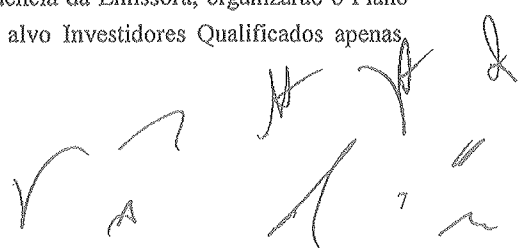
3.7.2. Nos termos do caput do art. 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures com esforços restritos de colocação, por meio da Instrução CVM 476, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento desta Oferta.

3.7.3. O plano de distribuição pública com esforços restritos seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme termo definido abaixo), sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.7.4. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.5. A Emissora e os Coordenadores comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos (observado o disposto no Item 3.7.4 acima), sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.



3.7.7. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.7.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7.10. No ato de subscrição ou aquisição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável.

3.7.11. Nos termos da Instrução CVM 476, o início da Oferta será informado pelos Coordenadores à CVM no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da primeira procura a potenciais investidores ("Comunicação de Início") e o encerramento da Oferta será informado pelos Coordenadores à CVM, nos termos da Instrução CVM 476, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de encerramento da Oferta ("Comunicação de Encerramento").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS COMUNS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista titular, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

A J R L
V - 7 d m o
8

4.4. Espécie

4.4.1. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 5.5.1 abaixo, as Debêntures da Primeira Série serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, quando da verificação da condição suspensiva de liberação da hipoteca constituída sobre os imóveis dados em garantia às Debêntures da Primeira Série, e do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva (conforme definido na Cláusula 5.5.1) nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, nos termos da Cláusula 2.1.4.1.

4.4.2. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 6.5.1 abaixo, as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, quando do registro Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 6.5.1) nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido na Cláusula 6.5.1) nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, nos termos da Cláusula 2.1.4.1.

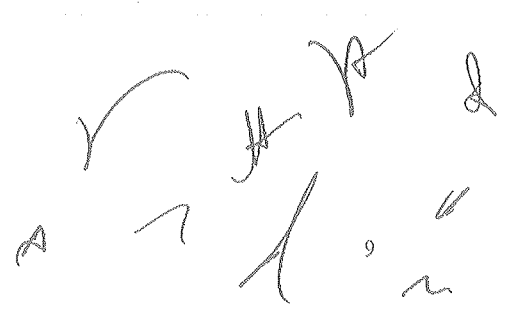
4.4.3. As Partes deverão celebrar aditamento(s) à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo III, e submetê-lo(s) a registro perante a JUCEA e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.1.4.3, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série de quirografária com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que verificarem-se as premissas da convolação.

4.4.4. Fica desde já estabelecido que não será necessária nova aprovação societária pela Emissora ou a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para a aprovação do(s) aditamento(s) para convolação a que se refere o item 4.4.3 acima e consequente convolação da espécie das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série de quirografária com garantia adicional fidejussória para a espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do MDA.



4.6. Data de Vencimento

4.6.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.7. Repactuação

4.7.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.8. Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Facultativa de Debêntures pela Emissora

4.8.1. *Amortização Extraordinária Facultativa.* A Emissora poderá realizar a amortização extraordinária facultativa parcial das Debêntures a qualquer tempo, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário, contemplando de forma proporcional todas as Debêntures subscritas e integralizadas, desde que publicado aviso prévio aos Debenturistas com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência e na forma da Cláusula 4.15 abaixo, mediante o pagamento de parcela do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures de cada série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio percentual incidente sobre o valor a ser amortizado acrescido do item (i), conforme a tabela abaixo ("Prêmio de Amortização"):

Data da Amortização Extraordinária	Prêmio de Amortização
De 30/10/14 a 30/10/15	2,40%
De 31/10/15 a 30/10/16	2,00%
De 31/10/16 a 30/10/17	1,70%
De 31/10/17 a 30/10/18	1,50%
De 31/10/18 a 29/10/19	1,10%

4.8.1.1. A comunicação individual a cada um dos Debenturistas, na forma da Cláusula 4.15 abaixo, suprirá a necessidade de publicação de aviso prévio nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, desde que comprovada a ciência inequívoca de todos os Debenturistas sobre a amortização extraordinária facultativa.

4.8.2. *Resgate Antecipado Facultativo.* As Debêntures, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de declaração de vencimento antecipado no caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme termo definido abaixo) nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e das hipóteses de resgate antecipado obrigatório previstas nas Cláusulas 5.2.2.2.4 e 6.2.2.2.4 abaixo, poderão ser resgatadas antecipadamente em sua totalidade, a critério da Emissora, desde que publicado aviso prévio aos Debenturistas com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência e na forma da Cláusula 4.15 abaixo, sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.2.4.

4.8.2.1. O resgate das Debêntures será realizado pelo seu Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures de cada série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio percentual incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do item (i), conforme a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate"):

Data do Resgate Antecipado	Prêmio de Resgate
De 30/10/14 a 30/10/15	2,40%
De 31/10/15 a 30/10/16	2,00%
De 31/10/16 a 30/10/17	1,70%
De 31/10/17 a 30/10/18	1,50%
De 31/10/18 a 29/10/19	1,10%

4.8.2.2. As Debêntures somente poderão ser resgatadas antecipadamente se o forem em sua totalidade, sendo vedado o resgate antecipado parcial, de modo que a Emissora apenas poderá promover a quitação parcial de suas obrigações se o fizer por meio de amortização extraordinária facultativa, conforme previsto na Cláusula 4.8.1 acima.

4.8.2.3. As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.8.2.4. A comunicação individual a cada um dos Debenturistas, na forma da Cláusula 4.15 abaixo, suprirá a necessidade de publicação de aviso prévio nos termos da Cláusula 4.8.2 acima, desde que comprovada a ciência inequívoca de todos os Debenturistas sobre o resgate antecipado facultativo.

4.8.3. A Emissora deverá comunicar previamente a CETIP, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante sobre a intenção de realizar a amortização extraordinária facultativa e o resgate antecipado facultativo das Debêntures.

4.8.4. *Aquisição Facultativa de Debêntures pela Emissora.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures por valor igual, inferior ou superior ao respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida a seguir), calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa de que trata esta Cláusula, em qualquer situação, deve constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures que forem recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.9. Vencimento Antecipado

4.9.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.9.1, deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, pelos Fiadores ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, nos instrumentos de garantia referidos nas Cláusulas 5.5.1 e 6.5.1 abaixo (estes últimos os "Contratos de Garantia" e, em conjunto com a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição, os "Documentos da Emissão") ou em qualquer Dívida (conforme definido abaixo), quando essa operação tiver sido contratada com qualquer dos Debenturistas ou com alguma entidade de seus grupos econômicos;
- (b) descumprimento, pela Emissora, pelos Fiadores ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do evento que deu origem ao referido descumprimento ou, na existência de um prazo de cura específico previsto nos Documentos da Emissão, nesse referido prazo de cura;
- (c) ocorrência de (i) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora; (ii) pedido de aut falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formalizado pela Emissora, independentemente do deferimento do pedido judicial da falência ou deferimento do processamento da recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros, que não seja elidido no prazo legal; (iv) decretação de falência da Emissora; e (v) evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes institutos;
- (d) dissolução, liquidação, extinção, interdição ou procedimento similar da Emissora, dos Fiadores e/ou dos Garantidores, e, no caso de falecimento dos Fiadores, se não houver a substituição do Fiador falecido por um novo fiador aprovado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido falecimento;
- (e) provarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (f) revelarem-se incorretas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, insuficientes, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;

- (g) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar o exercício pelos Debenturistas de seus direitos e garantias decorrentes dos Documentos da Emissão, incluindo (i) proferimento de uma ou mais decisões judiciais (em qualquer grau de jurisdição) ou arbitrais, não sujeitas a recurso, que reconheça a ilegalidade, inexistência ou ineficácia de parte ou de todos os Documentos da Emissão, (ii) as garantias constituídas em relação às Debêntures, a fiança prestada pelos Fiadores ou qualquer dos Documentos da Emissão: (ii.a) ser(em) objeto de questionamento pela Emissora, por qualquer dos Fiadores, por qualquer dos Garantidores ou por autoridade governamental (no evento de questionamento por autoridade governamental, caso esse questionamento possa ter um Efeito Adverso Relevante, conforme abaixo definido); (ii.b) ser(em) anulado(s), nulo(s), inválido(s), ou suspenso(s) sob qualquer forma (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); ou (ii.c) de qualquer forma, deixarem de ser plenamente válidos e eficazes, de existir ou serem rescindidos (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); (iii) o cumprimento pela Emissora, por qualquer Fiador ou por qualquer Garantidor das obrigações resultantes de qualquer Documento da Emissão tornar-se contrário à lei aplicável ou incompatível com esta ou (iv) a ocorrência de um Efeito Adverso Relevante. Para os fins desta Escritura, "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer circunstância, fato, condição, efeito ou alteração que tenha, ou razoavelmente poderia ter, individualmente ou de forma agregada, um efeito adverso relevante na Emissora, nos Fiadores ou nos Garantidores, conforme o caso, com relação aos seus negócios, ativos, reputação, projetos, resultados operacionais, considerados como um todo, que afete ou possa afetar a capacidade legal e/ou operacional e/ou econômico-financeira da Emissora, dos Fiadores ou dos Garantidores de cumprir suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão;
- (h) não manutenção da preferência absoluta dos Debenturistas com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos bens dados em garantia nos termos dos Contratos de Garantia;
- (i) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado (e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado) de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, sejam estes devedores ou garantidores, cujo valor principal agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (j) protesto legítimo, contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores, de título ou contrato cujo valor individual ou agregado não pago seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto for comprovadamente quitado, cancelado, sustado, extinto ou suspenso ou (ii) forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tal garantia não resulte em um Efeito Adverso Relevante, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação do respectivo protesto, ou se, no mesmo prazo, tiver sido devidamente comprovado pela Emissora que (x) o protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, a exclusivo critério dos Debenturistas; ou (y) tenha sido obtida decisão judicial para anulação ou sustação do protesto;

- (k) decisão(ões) judicial(is) determinando execução de títulos ou contratos contra a Emissora e/ou dos Fiadores ou condenando qualquer deles mesmos a pagamentos, cujo valor agregado, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tais garantias não resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- (l) na hipótese de alteração do Controle direto ou indireto da Emissora sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica representando a totalidade das Debêntures em Circulação. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Controle" os termos estabelecidos no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- (m) resgate, amortização de ações ou redução de capital da Emissora, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto em caso de tal redução de capital ser realizada para absorção de prejuízos pela Emissora, desde que não se enquadre na vedação prevista no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora, em montante superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, equivalente a 25% do lucro líquido da Emissora;
- (o) transformação do tipo societário da Emissora de forma que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (q) não apresentação de demonstrações auditadas por empresa regularmente registrada na CVM nos prazos máximos admitidos por aquela autarquia;
- (r) não observância pela Emissora dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente ao término de cada exercício social da Emissora, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive) (os "Índices Financeiros"): (1) a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora não poderá ser superior a 3,5x (três inteiros e cinco décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2014, 3,3x (três inteiros e três décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2015, 3,0x (três inteiros) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2016, 2,75x (dois inteiros e setenta e cinco

centésimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2017 e 2,5x (dois inteiros e cinco décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018;

(2) a relação entre o EBITDA e as Despesas Financeiras da Emissora não poderá ser inferior a 1,7x (um inteiro e sete décimos) em qualquer dos exercícios sociais.

Para os fins desta Escritura, os termos abaixo terão os seguintes significados, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora e memória de cálculo entregues na forma estabelecida nesta Escritura, auditados quando previsto neste instrumento:

- "Despesas Financeiras" significa o somatório das despesas de juros, comissões e despesas bancárias, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza diretamente relacionadas à Dívida, descontado de (i) receitas de juros diretamente relacionadas ao Caixa e Equivalente de Caixa; (ii) receitas de juros relacionadas às aplicações financeiras empenhadas como garantia de operações relacionadas à Dívida; e (iii) o resultado positivo ou negativo de variação cambial e de operações com derivativos diretamente relacionados à Dívida Líquida;

- "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro. As aplicações financeiras de liquidez imediata que estejam empenhadas como garantia de operações relacionadas a Dívida serão consideradas para efeito da composição de "Caixa e Aplicações Financeiras";

- "Dívida" significa o somatório dos empréstimos e financiamentos obtidos com instituições financeiras, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como títulos descontados com direito de regresso, arrendamento mercantil, mútuos a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acréscido do saldo a pagar) de contratos de hedge e/ou de swap;

- "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;

- "EBITDA" significa o lucro antes das "Despesas e Receitas Financeiras, líquidas", imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.

(s) alienação da totalidade ou parte substancial do ativo imobilizado da Emissora, definindo-se como "parte substancial" do ativo imobilizado da Emissora os ativos que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades dos Fiadores, definindo-se como "parte substancial" ativo(s) ou propriedade(s)

13

dos Fiadores ativos que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), excetuando-se alienações efetuadas entre a Emissora e os Fiadores e Garantidores;

- (t) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, ou por qualquer dos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação;
- (u) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer autoridade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora ou dos Fiadores ou na incapacidade de gestão de seus negócios, definindo-se como parte substancial ativo(s) ou propriedade(s) os ativos ou propriedades que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), com relação à Emissora e/ou R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), com relação aos Fiadores, conforme o caso;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (w) não utilização, pela Emissora, dos recursos oriundos das Debêntures na forma prevista nas Cláusulas 5.1.1 e 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (x) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim;
- (y) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (z) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete ou paralise o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; e
- (aa) prestação, pela Emissora, de aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia a partir da Data de Emissão.

4.9.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (a), (b), (c), (d), (h), (i), (j), (l), (m), (o), (p), (x) e (y) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.9.1.2. Na ocorrência de qualquer outro Evento de Inadimplemento não mencionado na Cláusula 4.9.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, assim que ciente, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula Nona desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em primeira convocação, os

Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação presentes.

4.9.1.3. Adicionalmente ao disposto na Cláusula 4.9.1.2 acima, na hipótese de não convocação ou de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 4.9.2 abaixo.

4.9.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora e aos Fiadores, com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do pagamento, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.9.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.9.2 acima.

4.9.4. Caso a Emissora não proceda ao pagamento referido na Cláusula 4.9.2 acima, serão também acrescidos ao Valor Nominal Unitário, ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures os Encargos Moratórios e Multa (conforme abaixo definidos), incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, ou da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.10.1 abaixo.

4.10. Encargos Moratórios e Multa

4.10.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

4.11. Garantia Fidejussória

4.11.1. As Debêntures são garantidas, ainda, por fiança prestada neste ato pelos Fiadores em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou a seus sucessores a qualquer título, e na melhor forma de direito, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, por todas as obrigações da Emissora relacionadas às Debêntures, garantindo o integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Emissão, inclusive aquelas decorrentes de uma eventual declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 4.11.2 abaixo ("Fiança").

4.11.2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos relacionados às Debêntures, bem como, quando houver, indenizações, gastos com honorários e despesas advocatícias razoáveis, depósitos, custas e taxas judiciais, medidas extrajudiciais e despesas com Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e CETIP, e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos dos artigos 818 e 822 do Código Civil. Responderão os Fiadores como principais pagadores de toda e qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e que seja exigível nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive aquelas decorrentes de uma eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de um Evento de Inadimplemento ("Obrigações Garantidas").

4.11.3. Os Fiadores concordam e se obrigam a (a) somente exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão após o adimplemento total das obrigações decorrentes das Debêntures pela Emissora; e (b) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão, antes da integral liquidação das Debêntures, repassar imediatamente tal valor aos Debenturistas, na forma a ser por estes informados, caso ainda haja saldo devedor decorrente das Debêntures.

4.11.4. As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores em até 7 (sete) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.5. Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.11.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.11, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o valor correspondente às Obrigações Garantidas.

4.11.8. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.11.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

4.11.10. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.1.4.3 acima.

4.11.11. Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam dos Fiadores os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.11.12. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista nesta Cláusula 4.11, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.13. Maria Helena e Vera Lucia, acima qualificadas, em razão do que dispõe o inciso III do artigo 1.647 do Código Civil, na qualidade de cônjuges, respectivamente, de Artur e Márcio, neste ato, declaram-se cientes e autorizam os Fiadores (i) a prestarem a Fiança, nos termos dispostos nesta Escritura de Emissão, e, em especial, (ii) a renunciarem aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração.

4.12. Local de Pagamento e Imunidade

4.12.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Banco Liquidante das Debêntures para os Debenturistas cujas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. No entendimento do Banco Liquidante, caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.13. Prorrogação dos Prazos

4.13.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na cidade da sede da Emissora, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.13.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais, e a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescentes após realização de cada Amortização Programada.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração aplicável e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.15. Publicidade

4.15.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados aos Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, veiculados no DOEAM e no "Jornal do Comércio de Manaus", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

Cláusula Quinta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

5.1. Destinação de Recursos das Debêntures da Primeira Série

5.1.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a colocação das Debêntures da Primeira Série serão destinados para a quitação antecipada de dívidas decorrentes de contratos de financiamento firmados pela Emissora com o Banco Santander (Brasil) S.A. e relacionados no Anexo I a esta Escritura de Emissão, bem como para a liquidação antecipada das operações assessorias a estes contratos com o Banco Santander (Brasil) S.A. (como por exemplo, por exemplo operações de *swap*) e para investimento em capital de giro da Emissora, todos parte da gestão ordinária de negócios da Emissora.

5.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

5.2.1. Atualização Monetária

5.2.1.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série.

5.2.2. Juros Remuneratórios

5.2.2.1. Cada Debênture da Primeira Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescidas de um *spread* de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos (“Juros Remuneratórios da Primeira Série” ou “Remuneração da Primeira Série”).

5.2.2.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

$spread = 3,7500$ (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “N” um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.2.2.2.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 5.2.2.2.3, 5.2.2.2.4 e 5.2.2.2.5 abaixo.

5.2.2.2.3. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

5.2.2.2.4. Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a Emissora se obriga, desde já, a

resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 5.2.2.2.3 acima, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido (i) da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) do Prêmio de Resgate.

5.2.2.2.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta perderá o seu escopo e não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

5.2.3. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (“Período de Capitalização da Primeira Série”) é, para o primeiro Período de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida) subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 4.9, ou de um resgate antecipado, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definido).

5.2.4. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que sejam titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

5.3. Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série

5.3.1. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos trimestralmente nas datas definidas a seguir, exceto nas hipóteses de declaração do vencimento antecipado ou de resgate antecipado, em que os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos na data em que o primeiro deles ocorrer, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série”):

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série
1	30 de janeiro de 2015
2	30 de abril de 2015
3	30 de julho de 2015
4	30 de outubro de 2015
5	30 de janeiro de 2016
6	30 de abril de 2016

7	30 de julho de 2016
8	30 de outubro de 2016
9	30 de janeiro de 2017
10	30 de abril de 2017
11	30 de julho de 2017
12	30 de outubro de 2017
13	30 de janeiro de 2018
14	30 de abril de 2018
15	30 de julho de 2018
16	30 de outubro de 2018
17	30 de janeiro de 2019
18	30 de abril de 2019
19	30 de julho de 2019
20	30 de outubro de 2019

5.4. Amortização do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série

5.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, nas respectivas datas de amortização ("Amortização Programada da Primeira Série"), conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário da Primeira Série
30 de outubro de 2015	5,9%
30 de janeiro de 2016	5,9%
30 de abril de 2016	5,9%
30 de julho de 2016	5,9%
30 de outubro de 2016	5,9%
30 de janeiro de 2017	5,9%
30 de abril de 2017	5,9%
30 de julho de 2017	5,9%
30 de outubro de 2017	5,9%
30 de janeiro de 2018	5,9%
30 de abril de 2018	5,9%
30 de julho de 2018	5,9%
30 de outubro de 2018	5,9%
30 de janeiro de 2019	5,9%
30 de abril de 2019	5,9%

30 de julho de 2019	5,69%
30 de outubro de 2019	Saldo residual do Valor Nominal Unitário

5.5. Garantias Reais

5.5.1. As Debêntures da Primeira Série serão garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças firmado entre a Seculus Empreendimentos, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente-anuente, a Emissora, nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva"), por alienação fiduciária de imóveis e benfeitorias referidas em tal contrato, de titularidade da Seculus Empreendimentos, localizados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, objeto das Matrículas nº 6389 e 23078 registradas no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte – MG, sob a condição suspensiva de liberação da hipoteca constituída sobre os imóveis no âmbito do contrato "Deposit & Loan" nº 4039859, firmado entre a Emissora e o Banco Santander (Brasil) S.A., mediante quitação antecipada de referido contrato ("Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva").

Cláusula Sexta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

6.1. Destinação de Recursos das Debêntures da Segunda Série

6.1.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a colocação das Debêntures de Segunda Série serão destinados para a quitação antecipada de dívidas decorrentes contratos de financiamento firmados pela Emissora com o Banco Itaú BBA S.A. e relacionados no Anexo II a esta Escritura de Emissão, bem como para investimento em capital de giro da Emissora, todos parte da gestão ordinária de negócios da Emissora.

6.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

6.2.1. Atualização Monetária

6.2.1.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série.

6.2.2. Juros Remuneratórios

6.2.2.2. Cada Debênture da Segunda Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidas de um spread de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" ou "Remuneração da Segunda Série" e, quando em conjunto com os Juros

26

Remuneratórios da Primeira Série ou com a Remuneração da Primeira Série, respectivamente, os "Juros Remuneratórios" ou "Remuneração").

6.2.2.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

$spread = 3,6000$ (três inteiros e sessenta centésimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "N" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.2.2.2.2 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, será aplicada a última Taxa DI divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 6.2.2.2.3, 6.2.2.2.4 e 6.2.2.2.5 abaixo.

6.2.2.2.3. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Segunda Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.2.2.2.4. Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.2.2.2.3 acima, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido (i) da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) do Prêmio de Resgate.

6.2.2.2.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta perderá o seu escopo e não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.2.3. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ("Período de Capitalização da Segunda Série") é, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida) subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 4.9, ou de um resgate antecipado, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definido).

6.2.4. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.3. Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

6.3.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos trimestralmente nas datas definidas a seguir, exceto nas hipóteses de declaração do vencimento antecipado ou de resgate antecipado, em que os Juros Remuneratórios serão pagos na data em que o primeiro deles ocorrer, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série"):

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série
1	30 de janeiro de 2015
2	30 de abril de 2015
3	30 de julho de 2015
4	30 de outubro de 2015
5	30 de janeiro de 2016
6	30 de abril de 2016
7	30 de julho de 2016
8	30 de outubro de 2016
9	30 de janeiro de 2017
10	30 de abril de 2017
11	30 de julho de 2017
12	30 de outubro de 2017
13	30 de janeiro de 2018
14	30 de abril de 2018
15	30 de julho de 2018
16	30 de outubro de 2018
17	30 de janeiro de 2019
18	30 de abril de 2019
19	30 de julho de 2019
20	30 de outubro de 2019

6.4. Amortização do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série

6.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, nas respectivas datas de amortização ("Amortização Programada da Segunda Série"), conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário da Segunda Série
30 de outubro de 2015	5,9%
30 de janeiro de 2016	5,9%
30 de abril de 2016	5,9%
30 de julho de 2016	5,9%
30 de outubro de 2016	5,9%
30 de janeiro de 2017	5,9%
30 de abril de 2017	5,9%
30 de julho de 2017	5,9%
30 de outubro de 2017	5,9%
30 de janeiro de 2018	5,9%
30 de abril de 2018	5,9%
30 de julho de 2018	5,9%
30 de outubro de 2018	5,9%
30 de janeiro de 2019	5,9%
30 de abril de 2019	5,9%
30 de julho de 2019	5,9%
30 de outubro de 2019	Saldo residual do Valor Nominal Unitário

6.5. Garantias Reais

6.5.1. As Debêntures da Segunda Série serão garantidas pelas seguintes garantias:

(a) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”), cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes das vendas de produtos e mercadorias realizadas pela Emissora a seus clientes, direta ou indiretamente, pela Emissora, juntamente com as garantias legais ou contratuais a eles vinculadas, bem como todos os direitos sobre a conta vinculada de titularidade da Emissora e valores atualmente existentes e a serem depositados, a qualquer tempo, em referida conta vinculada (inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária), decorrentes dos pagamentos efetuados pelos clientes da Emissora e/ou de depósitos realizados pela Emissora, em valor total que corresponda, no mínimo, a 20% (vinte por cento) do saldo devedor da dívida relacionada às Debêntures da Segunda Série (“Direitos Creditórios” e “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”); e

(b) nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis e Outras Avenças firmado entre a Natureza Imóveis, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente-anuente, a Emissora, nesta data (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis”), alienação fiduciária de imóveis e benfeitorias referidas em tal contrato, de titularidade da Natureza Imóveis, localizados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, objeto das Matrículas nº 25996, 25997, 49211, 49212, 49213, 49214 e 49215, registradas no 2º Ofício de Registro de Imóveis

de Belo Horizonte – MG (“Alienação Fiduciária de Imóveis” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, “Garantias Reais”).

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações, previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, em até 10 (dez) Dias Úteis, para o Agente Fiduciário, bem como fornecer ao Agente Fiduciário declaração assinada pelos diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- (b) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas nos termos dos itens (a)(iii) e (a)(vi) acima;
- (c) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CVM, a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (d) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- (e) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em um Efeito Adverso Relevante;
- (f) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (g) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (h) contratar e manter contratados, a suas expensas, os prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, incluindo o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e os sistemas de distribuição (MDA) e negociação (CETIP21) das Debêntures;
- (i) apresentar imediatamente ao público quaisquer fatos considerados "fatos relevantes" nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (j) não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta;
- (k) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado por escrito com as instituições financeiras intermediárias da Oferta;
- (l) responder e responsabilizar-se pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas por ocasião da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, incluindo as informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;

- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, memória de cálculo, elaborada pela Emissora, com todas as rubricas necessárias para demonstrar o cumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, aos Fiadores e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
- (o) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que, nos termos das leis e regulamentos vigentes, possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- (p) arquivar a ata da AGE na JUCEA e publicá-la (a) no DOEAM e (b) no "Jornal do Comércio de Manaus", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (r) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) pela Emissora;
- (s) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (t) apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Emissão, declarações e informações verdadeiras, consistentes, completas e corretas na data em que foram prestadas, comprometendo-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (u) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

- (v) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (w) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- (x) fornecer, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (y) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (z) manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- (aa) realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (bb) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (cc) nos termos de sua política interna de anticorrupção, garantir que nem ela nem suas Afiliadas, e todas as pessoas agindo em seu nome ou de suas Afiliadas, incluindo gerentes, conselheiros, diretores e empregados (“Representantes”), realize (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionários, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (“Atos Lesivos”);

- (dd) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma do seu grupo societário, o qual deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "m" da Cláusula 8.5 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto na alínea "n" da Cláusula 8.5 abaixo;

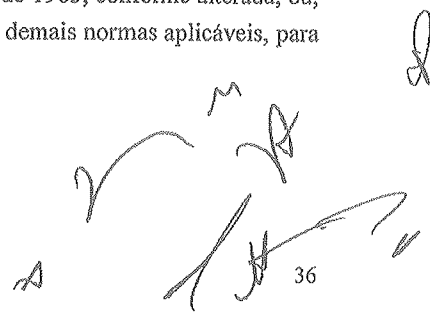
7.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

Cláusula Oitava – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (f) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;



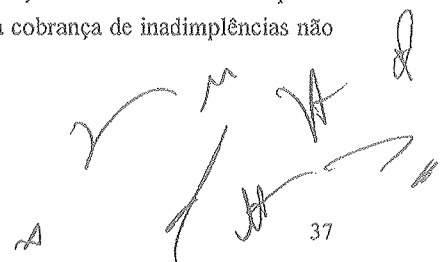
Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones, located at the bottom right of the page.

- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas nas Cláusulas 4.11, 5.5.1 e 6.5.1, bem como sua suficiência e exequibilidade;
- (j) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, alínea k, ambos da Instrução CVM 28, que não presta serviços de agente fiduciário em outra emissão da própria Companhia ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Companhia;
- (k) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social; e
- (l) assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.4. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e, os demais pagamentos, na mesma data dos anos subsequentes.

8.4.1. As parcelas citadas na Cláusula 8.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



37

8.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.4.5. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício de sua função, incluindo publicações em geral, contatos telefônicos, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, custos incorridos com especialistas, como auditores ou assessores legais, entre outras, as quais serão arcadas pela Emissora, mediante pagamento das despesas emitidas diretamente em seu nome ou mediante reembolso ao Agente Fiduciário, acompanhadas dos respectivos comprovantes, após, sempre que possível, prévia aprovação da Emissora.

8.4.6. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

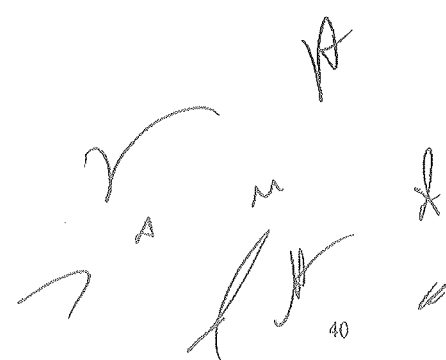
8.5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais e da Fiança, bem como do valor dessa garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, a expensas desta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), conforme procedimento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, bem como confeccionar as atas das Assembleias Gerais de Debenturistas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativo aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (viii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (xi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (i) denominação da companhia ofertante; (ii) o valor da emissão; (iii) a quantidade e espécie das debêntures emitidas; (iv) o prazo de vencimento das debêntures; (v) o tipo e valor dos bens dados em garantia, bem como a denominação dos garantidores; e (vi) os eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;

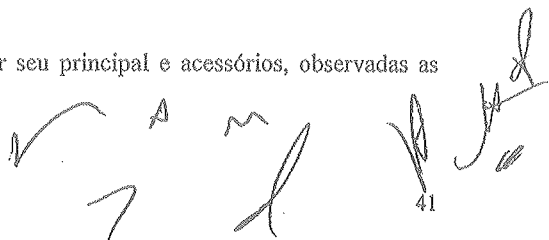


Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and several cursive signatures, located in the bottom right corner of the page.

- (iv) na CETIP; e
- (v) nas respectivas sedes dos Coordenadores.
- (o) publicar, a expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme previsto na Cláusula 4.15.1, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações razoáveis feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, na forma prevista na Cláusula 4.15.1 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) disponibilizar o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*;
- (t) solicitar à Emissora, ao final de exercício social, cópia do demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros previstos na alínea "r" da Cláusula 4.9.1 acima, com sua respectiva memória de cálculo; e
- (u) divulgar as informações referidas no item (xii) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

8.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;



41

- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) executar as garantias descritas nas Cláusulas 4.11, 5.5.1 e 6.5.1, bem como quaisquer outras garantias que venham a ser constituídas em favor dos Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

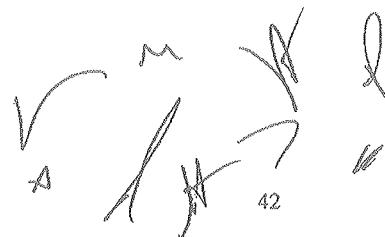
8.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) assim autorizar por unanimidade. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão.

8.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



42

8.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.1.3 acima.

8.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.15.1 acima.

8.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Nona – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

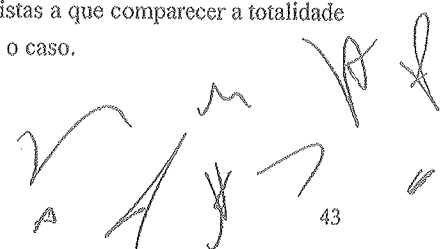
9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”). Nos casos em que as matérias sejam de interesse comum a todos os Debenturistas, as decisões nas Assembleias Gerais de Debenturistas serão tomadas em conjunto por todos os titulares de Debêntures e, nos casos em que as matérias sejam de interesse de uma determinada série, as decisões serão tomadas somente pelos Debenturistas da série em questão.

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da série em questão, conforme o caso. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do edital de convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados do fim do prazo para a realização da assembleia em primeira convocação.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou metade das Debêntures em Circulação da série em questão, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas ou a totalidade dos Debenturistas da série em questão, conforme o caso.



9.6. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

9.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação, a que se refere esta Cláusula Nona, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

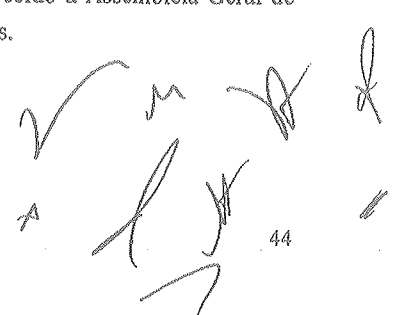
9.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

9.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.

9.12. Exceto pelo disposto na Cláusula 4.9.1.2 acima, na Cláusula 9.13 abaixo, ou se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas relativas a pedidos de renúncia ou perdão temporário dependerão da aprovação de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.

9.13. As alterações relativas às características das Debêntures de uma determinada série, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) a Data de Vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) exclusão ou alteração dos Eventos de Inadimplemento, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Nona dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

9.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



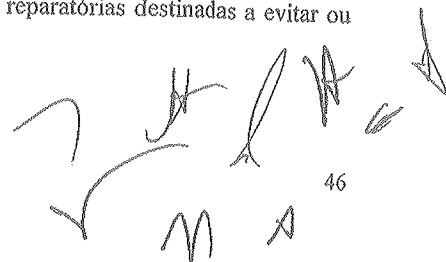
Cláusula Décima – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1. A Emissora e os Fiadores, neste ato, declaram que:

- (a) a Emissora é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) os Fiadores são plenamente capazes para a prática de todos os atos da vida civil;
- (c) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive societárias e perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura de Emissão, à prestação da Fiança, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) esta Escritura de Emissão, a Fiança e as obrigações aqui previstas constituem obrigação lícita, válida e exigível da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam: (i) o Estatuto Social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou dos Fiadores (exceto por aqueles dados em garantia nos termos dos Contratos de Garantia), ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) violação a qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora ou dos Fiadores ou quaisquer dos seus bens e propriedades; ou (iv) violação de qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos;
- (f) nesta data, a Emissora detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades;
- (g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora ou pelos Fiadores de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão ou para a prestação da Fiança, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP

21;

- (h) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas referidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, e desde a data das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma alteração adversa relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer redução no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (j) não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Fiadores;
- (k) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos Debenturistas;
- (l) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, bem como com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, em observância ao princípio da boa-fé;
- (m) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos no âmbito da Oferta são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (n) estão cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aqueles que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e cujo descumprimento dessas leis, normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais não possa resultar em uma alteração adversa relevante nas suas situações financeiras ou operacionais, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou



Handwritten signatures and initials, including a large checkmark and several stylized names, located at the bottom right of the page.

corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (o) estão cumprindo rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou aos seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. Obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.
- (p) estão em dia com os pagamentos de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé pelos meios adequados e cujo descumprimento não possa resultar em uma alteração adversa relevante nas suas situações financeiras ou operacionais;
- (q) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções com relação a esta Oferta;
- (r) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (s) observa, bem como faz com que seus Representantes observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei 12.846/2013 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável, adotando políticas internas anticorrupção que coíbe a prática dos Atos Lesivos e garante o integral cumprimento das referidas leis anticorrupção e dos quais seus Representantes tenham pleno conhecimento.

Cláusula Onze – DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

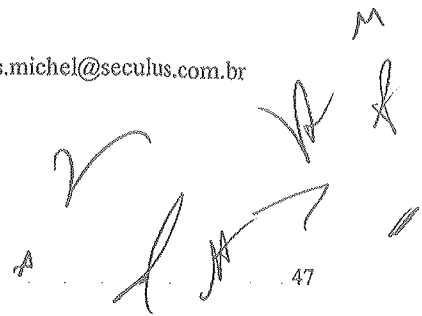
Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

At.: Srs. Paulo Azevedo, Rodrigo Messano e Vinicius Michel

Tel.: (31) 3516-7636 / (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524

E-mail: paulo.azevedo@seculus.com.br / rodrigo.messano@seculus.com.br / vinicius.michel@seculus.com.br



Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Faria

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

Att.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para os Fiadores:

Artur Geraldo de Azevedo

Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524

E-mail: artur.azevedo@seculus.com.br

Márcio José Siqueira de Azevedo

Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524

E-mail: marcio.azevedo@seculus.com.br

11.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fax (answer back), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fax, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

11.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes por aquela que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Doze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 12.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 12.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 12.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que será de exclusiva responsabilidade da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 12.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disso aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.
- 12.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.
- 12.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao

cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Regis, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.8. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.9. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Treze – FORO

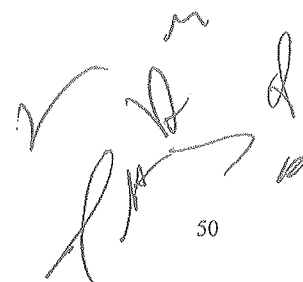
13.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 9 (nove) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 de outubro de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

A



50

[Página de assinatura 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Nome: Alexandre Luiz Silva Azevedo

Cargo: Diretor Presidente
Seculus da Amazônia Ind. Com. S/A.

SECULUS DA AMAZÔNIA IND. COM. S/A

Nome: Paulo Sérgio Silva Azevedo
Cargo: Diretor ADM/FIN
CPF: 073.441.516-34

Na qualidade de Fiadores:

Artur Geraldo de Azevedo
CPF:

Márcio José Siqueira de Azevedo
CPF:

Para fins de outorga uxória:

Maria Helena Silva de Azevedo
MÁRIA HELENA SILVA DE AZEVEDO
CPF:

Vera Lucia Leão de Azevedo
VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO
CPF:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 10/11/2014 SOB Nº: ED000248000
Protocolo: 14/071860-5 DE 03/11/2014
Empresa: 13-3 0000422-3
SECULUS DA AMAZÔNIA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Raimundo Cavalcante Lima
SECRETÁRIO GERAL

[Página de assinatura 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome:

Cargo:

Rosane da Silva Basilio
Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



Ra
52

[Página de assinatura 3/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: José Garcia de Aguiar
Cargo: Diretor - Presidente

Nome: Márcio José Siqueira de Azevedo
Cargo: Diretor

1º OFÍCIO DE NOTAS - BELO HORIZONTE (MG) - Tabelião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
Rua Goiás, 187 - Centro - Telefone: (31) 3222-0584 - CEP 30160-030

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[IBRWah22] - JOSE GARCIA DE AGUIAR

[IBRWCh15] - MARCIO JOSE SIQUEIRA DE AZEVEDO

Beu 16, Belo Horizonte, 30/10/2014 16:57:33

Em Testemunho da Verdade

Escrevente - SNEILA CRISTINA DE FREITAS GOMES

Art. 3º Lei 15.424 - Emol. R\$7,38 Recomp. R\$0,44 - T.F.J. R\$2,42

Tot. R\$10,22

Selo de Fiscalização
FERRAZ BRY 45270
FERRAZ BRY 45271

UNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 19/11/2014 SOB Nº: ED000248000
Protocolo: 14/071860-5 DE 03/11/2014
Empresa: 13.3.0000422-3
SECULUS DA AMAZONIA
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Raimundo Cavalcante Lima
SECRETARIO GERAL

[Página de assinatura 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

NATUREZA IMÓVEIS S.A.

1º OFÍCIO DE NOTAS - B.H.T.E. 1º OFÍCIO DE NOTAS - B.H.T.E.

Nome: Lilian Lucia Leao de Azevedo Pessoa Nome: [assinatura]
 Cargo: Diretora Cargo: [assinatura]

1º OFÍCIO DE NOTAS - BELO HORIZONTE (MG) - Tabelião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
 Rua Goiás, 187 - Centro - Telefone: (31) 3222-0584 - CEP 30190-030 -

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
 [18RWCH16] - MARCIO JOSE SIQUEIRA DE AZEVEDO
 [18RXVdm1] - LILIAN LUCIA LEAO DE AZEVEDO PESSOA

Dou fé, Belo Horizonte, 30/10/2014, 11:02:52
 Em Testemunho da Verdade
 Escrevente - SHEILA CRISTINA DE FREITAS GOMES
 Art. 3º Lei 15.424 - Emol. R\$7,36; Recômpo R\$9,44 - T.F.J. R\$2,42
 Tot. R\$19,22

Reconhecimento de Firma
 BR 45286
 BR 45287

UNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM 19/11/2014 SOB Nº ED000248000
 Protocolo: 14/071860-5 DE 03/11/2014

Empresa: 13 3 0000422-3
 SECULUS DA AMAZONIA
 INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

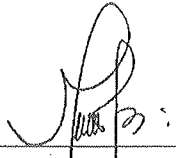
[Assinatura]
 Raimundo Cavalcante Lima
 SECRETÁRIO GERAL

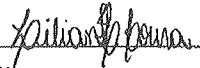
[Assinaturas manuscritas]


54

[Página de assinatura 5/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

Testemunhas:


Nome: _____
CPF: Mayra R. Santana Bacan
RG: 44.151.420-0
CPF: 348.126.678-28


Nome: _____
CPF: Lillian Harada Coura
RG: 49.021.602-X
CPF: 355.755.408-20


55

ANEXO I AO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE -
DÍVIDAS A SEREM PAGAS COM ESSES RECURSOS:

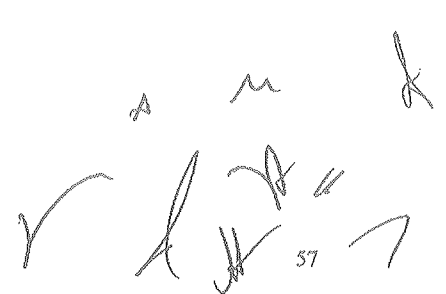
Banco	Nº Contrato	Data Inicial	Parcela	Vencimento	Principal	Moeda
SANTANDER	400270709613	27/6/2013	15	27/9/2014	277.777,78	BRL
			16	27/10/2014	277.777,78	BRL
			17	27/11/2014	277.777,78	BRL
			18	27/12/2014	277.777,78	BRL
			19	27/1/2015	277.777,78	BRL
			20	27/2/2015	277.777,78	BRL
			21	27/3/2015	277.777,78	BRL
			22	27/4/2015	277.777,78	BRL
			23	27/5/2015	277.777,78	BRL
			24	27/6/2015	277.777,78	BRL
			25	27/7/2015	277.777,78	BRL
			26	27/8/2015	277.777,78	BRL
			27	27/9/2015	277.777,78	BRL
			28	27/10/2015	277.777,78	BRL
			29	27/11/2015	277.777,78	BRL
			30	27/12/2015	277.777,78	BRL
			31	27/1/2016	277.777,78	BRL
			32	27/2/2016	277.777,78	BRL
			33	27/3/2016	277.777,78	BRL
			34	27/4/2016	277.777,78	BRL
			35	27/5/2016	277.777,78	BRL
			36	27/6/2016	277.777,70	BRL
	400271086713	24/9/2013	12	24/9/2014	41.666,67	BRL
			13	24/10/2014	41.666,67	BRL
			14	24/11/2014	41.666,67	BRL
			15	24/12/2014	41.666,67	BRL
			16	24/1/2015	41.666,67	BRL
			17	24/2/2015	41.666,67	BRL
			18	24/3/2015	41.666,67	BRL
			19	24/4/2015	41.666,67	BRL
			20	24/5/2015	41.666,67	BRL
			21	24/6/2015	41.666,67	BRL
			22	24/7/2015	41.666,67	BRL
			23	24/8/2015	41.666,67	BRL
			24	24/9/2015	41.666,59	BRL
	313438422062011	22/6/2011	7	8/12/2014	2.519.300,00	USD
			8	5/6/2015	2.519.300,00	USD
			9	2/12/2015	2.519.300,00	USD
			10	31/5/2016	2.519.300,00	USD

ANEXO II AO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE -
DÍVIDAS A SEREM PAGAS COM ESSES RECURSOS:

Banco	Nº Contrato	Data Inicial	Parcela	Vencimento	Principal	Moeda
ITAÚ	100113100017600	22/10/2013	12	17/10/2014	1.090.909,08	BRL
			13	17/11/2014	272.727,27	BRL
			14	16/12/2014	272.727,27	BRL
	100113120000800	4/12/2013	10	30/9/2014	1.333.333,32	BRL
			11	30/10/2014	333.333,33	BRL
			12	1/12/2014	333.333,33	BRL
			13	29/12/2014	333.333,33	BRL
	101114070005700	21/7/2014	1	19/9/2014	4.183.808,17	BRL
	101114070007300	24/7/2014	1	19/9/2014	4.206.536,16	BRL


 57

ANEXO III AO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

MODELO DE

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., PARA FINS DE CONVOCAÇÃO DA ESPÉCIE [DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE] [E] [DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE] EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

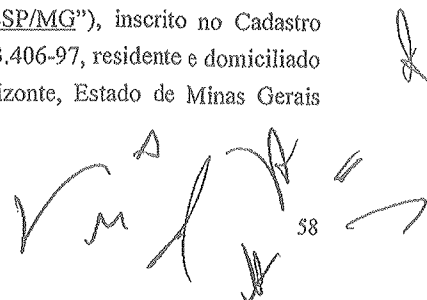
(a) SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Voluntários da Pátria, nº 635, Bairro Vila da Prata, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 34.516.088/0001-10, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, objeto desta Escritura de Emissão (conforme termo definido abaixo);

(b) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

na qualidade de fiadores,

(c) ARTUR GERALDO DE AZEVEDO, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1432862, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ("SSP/MG"), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 045.153.406-97, residente e domiciliado na Rua Santana de Caldas, nº 50, Bairro Mangabeiras, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais



58

("Artur"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-3.027.042, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.639.106-30, residente e domiciliada no mesmo endereço de Artur ("Maria Helena");

(d) **MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1041029, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.128.846-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Melo Júnior, nº 270, Bairro São Bento, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Márcio" e, em conjunto com Artur, "Fiadores"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-265.880, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.995.456-70, residente e domiciliada no mesmo endereço de Márcio ("Vera Lucia"); e

na qualidade de garantidores,

(e) **SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.124.938/0001-93, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Seculus Empreendimentos");

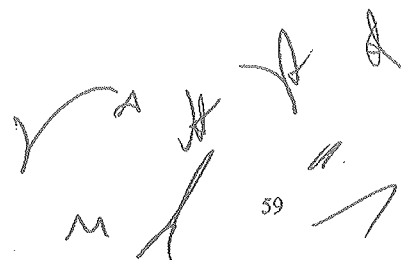
(f) **NATUREZA IMÓVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, nível 2, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.159.393/0001-83, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Natureza Imóveis" e, em conjunto com Seculus Empreendimentos, "Garantidores");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores designados e os Garantidores, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

CONSIDERANDO QUE:

(i) em 22 de outubro de 2014, as Partes celebraram o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com garantia adicional fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi registrado na JUCEA sob o nº [●], em [●] de [●] de 2014;

(ii) [a condição suspensiva de liberação da hipoteca constituída sobre os imóveis dados em garantia às Debêntures da Primeira Série foi verificada e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva (conforme definido na Cláusula 5.5.1 da Escritura de Emissão) foi registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, aperfeiçoando a garantia real das Debêntures da Primeira Série;] e



59

(iii) [o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido na Cláusula 6.5.1 da Escritura de Emissão) foi registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, aperfeiçoando a garantia real das Debêntures da Segunda Série];

(iv) as Partes desejam a celebrar o presente aditamento à Escritura de Emissão de modo a formalizar a convalidação da espécie [das Debêntures da Primeira Série] [e] [das Debêntures da Segunda Série] de quirografia para a espécie com garantia real;

RESOLVEM as Partes, na melhor forma de direito, firmar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convalidada em Espécie com Garantia Real, com garantia adicional fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." ("Aditamento"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com o disposto na Escritura de Emissão e sua celebração é autorizada com a dispensa de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas para a o presente Aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO

2.1. O presente Aditamento tem por objetivo formalizar a convalidação da espécie [das Debêntures da Primeira Série] [e] [das Debêntures da Segunda Série] de quirografia para a espécie com garantia real e refletir tal alteração na Escritura de Emissão, bem como atualizar as Cláusulas 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 com os dados referentes a registro e publicação, conforme o caso, dos das Atas, da Escritura de Emissão e das Garantias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

3.1. Pelo presente Aditamento, resolvem as Partes alterar a denominação da Escritura de Emissão e as qualificações que antecedem as cláusulas, bem como as Cláusulas 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4 e 4.4 da Escritura de Emissão, os quais passam a vigor com as seguintes redações:

"[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.]

[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, SENDO AS DA [PRIMEIRA SÉRIE DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA] [AS DA PRIMEIRA SÉRIE DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA], E AS DA [SEGUNDA SÉRIE DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA] [SEGUNDA SÉRIE DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA], PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.]¹

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Voluntários da Pátria, nº 635, Bairro Vila da Prata, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 34.516.088/0001-10, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, objeto desta Escritura de Emissão (conforme termo definido abaixo);

(b) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

na qualidade de fiadores,

(c) ARTUR GERALDO DE AZEVEDO, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1432862, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ("SSP/MG"), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 045.153.406-97, residente e domiciliado na Rua Santana de Caldas, nº 50, Bairro Mangabeiras, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Artur"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO, brasileira, portadora do documento de identidade M-3.027.042, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.639.106-30, residente e domiciliada no mesmo endereço de Artur ("Maria Helena");

¹ A ser usado apenas caso a convolação de ambas as séries não se dar simultaneamente, refletindo, onde mais cabível, no corpo do aditamento e da versão consolidada da Escritura de Emissão.

(d) **MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1041029, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.128.846-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Melo Júnior, nº 270, Bairro São Bento, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Márcio" e, em conjunto com Artur, "Fiadores") casado sob o regime de comunhão universal de bens com **VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-265.880, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.995.456-70, residente e domiciliada no mesmo endereço de Márcio ("Vera Lucia"); e

na qualidade de garantidores,

(e) **SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.124.938/0001-93, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Seculus Empreendimentos");

(f) **NATUREZA IMÓVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, nível 2, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.159.393/0001-83, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Natureza Imóveis" e, em conjunto com Seculus Empreendimentos, "Garantidores");

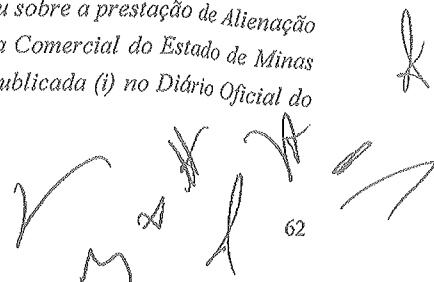
sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores designados e os Garantidores, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

Vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:"

"2.1.2.Arquivamento na Junta Comercial e Publicação das Atas

2.1.2.1. A ata de AGE da Emissora que deliberou sobre a Oferta foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("JUCEA") sob o nº [●], em [●] de [●] de 2014 e publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Amazonas ("DOEAM") em [●] de [●] de 2014 e (ii) no "Jornal do Comércio de Manaus" em [●] de [●] de 2014, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A ata de AGE da Seculus Empreendimentos que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 5371335, em 11 de setembro de 2014 e publicada (i) no Diário Oficial do


62

Estado de Minas Gerais ("DOEMG") em [●] de [●] de 2014 e (ii) no jornal "Hoje em Dia" em [●] de [●] de 2014.

2.1.2.2. A ata de AGE da Natureza Imóveis que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) foi arquivada na JUCEMG sob o nº 537.180, em 12 de setembro de 2014 e publicada (i) no DOEMG em [●] de [●] de 2014 e (ii) no jornal "Hoje em Dia" em [●] de [●] de 2014.

2.1.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.1.3.1. A Escritura de Emissão foi registrada na JUCEA sob o nº [●], em [●] de [●] de 2014, e eventuais aditamentos a ela serão registrados na JUCEA, de acordo com o inciso II e §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3.2. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação").

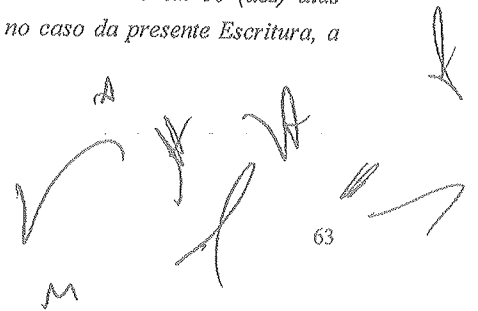
2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. Os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definidos na Cláusula 6.5.1 abaixo) foram celebrados e levados a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis da localidade dos imóveis objetos da garantia, nos prazos indicados em referidos contratos, assim como o serão quaisquer aditamentos a estes contratos, nos prazos indicados em referidos contratos.

2.1.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.5.1 abaixo) foi celebrado e levado a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das Partes, nos prazos indicados em referido contrato, assim como quaisquer aditamentos a este contrato o serão, nos prazos indicados em referido contrato.

2.1.4.3. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.11 abaixo, a presente Escritura de Emissão foi também registrada, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de sede ou domicílio das Partes.

2.1.4.4. A Emissora entregará vias originais registradas da presente Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ao Agente Fiduciário em 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a Data de Liquidação."



63

"4.4. Espécie

4.4.1. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 5.5.1 abaixo, as Debêntures da Primeira Série serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.4.2. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 6.5.1 abaixo, as Debêntures da Segunda Série serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória."

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO DO ADITAMENTO

4.1. O presente Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão registrados na JUCEA, de acordo com o artigo 62, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Ratificam-se, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos na Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento, sendo que uma versão consolidada da Escritura de Emissão, contemplando as alterações descritas na Cláusula Terceira acima segue como Anexo I a este Aditamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes ao seu fiel, pontual e integral cumprimento, por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

6.2. Salvo se de outra forma definidos neste Aditamento, os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

6.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

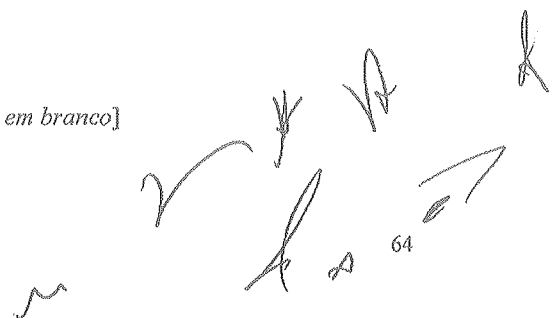
6.4. Este Aditamento constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

6.5. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 9 (nove) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 2014

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



64

[Página de assinatura 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Na qualidade de Fiadores:

ARTUR GERALDO DE AZEVEDO

CPF:

MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO

CPF:

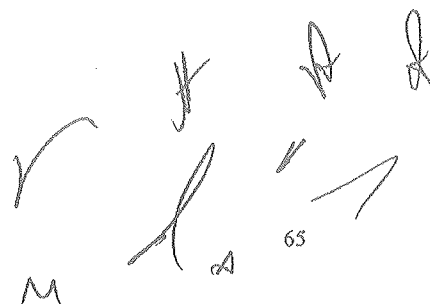
Para fins de outorga uxória:

MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO

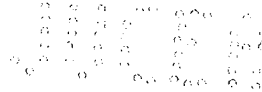
CPF:

VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO

CPF:



[Página de assinatura 2/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

[Handwritten signatures and initials]

[Página de assinatura 3/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]



SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signatures and initials]

[Página de assinatura 4/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

NATUREZA IMÓVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signatures and initials]

[Página de assinatura 5/5 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie 66-1 com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

66-1

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

69

ANEXO I AO PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., PARA FINS DE CONVOCAÇÃO DA ESPÉCIE [DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE] [E] [DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE] EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA

VERSÃO CONSOLIDADA DA ESCRITURA DE EMISSÃO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

entre

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ARTUR GERALDO DE AZEVEDO

MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO

MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO

VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO

SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NATUREZA IMÓVEIS S.A.

[•] de [•] de 2014

"[INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.]

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Voluntários da Pátria, nº 635, Bairro Vila da Prata, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 34.516.088/0001-10, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora, objeto desta Escritura de Emissão (conforme termo definido abaixo);

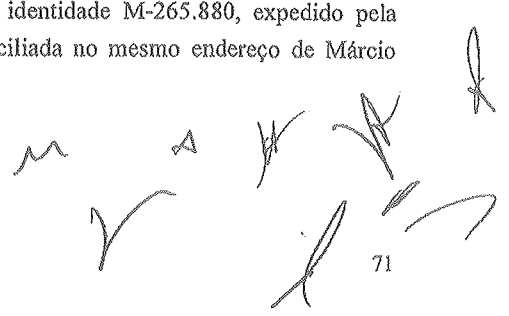
(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

na qualidade de fiadores,

(c) **ARTUR GERALDO DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1432862, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ("SSP/MG"), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 045.153.406-97, residente e domiciliado na Rua Santana de Caldas, nº 50, Bairro Mangabeiras, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Artur"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **MARIA HELENA SILVA DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-3.027.042, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.639.106-30, residente e domiciliada no mesmo endereço de Artur ("Maria Helena");

(d) **MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO**, brasileiro, empresário, portador do documento de identidade M1041029, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.128.846-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Melo Júnior, nº 270, Bairro São Bento, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("Márcio" e, em conjunto com Artur, "Fiadores"), casado sob o regime de comunhão universal de bens com **VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO**, brasileira, portadora do documento de identidade M-265.880, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.995.456-70, residente e domiciliada no mesmo endereço de Márcio ("Vera Lucia"); e

na qualidade de garantidores,



(e) SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.124.938/0001-93, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Seculus Empreendimentos");

(f) NATUREZA IMÓVEIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 330, nível 2, Bairro Funcionários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.159.393/0001-83, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Natureza Imóveis" e, em conjunto com Seculus Empreendimentos, "Garantidores");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, os Fiadores designados e os Garantidores, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

Vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão" e "Oferta", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "Oferta"), a celebração da presente Escritura de Emissão, bem como a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definida) prestada pela Companhia, serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 15 de outubro de 2014 ("AGE"), que aprovou a sua realização, conforme disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.5. As fianças prestadas por Artur Geraldo de Azevedo e Márcio José Siqueira de Azevedo foram autorizadas pelas suas respectivas cônjuges, Sra. Maria Helena da Silva e Sra. Vera Lúcia Leão.

1.6. A Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definida) prestada pela Seculus Empreendimentos foi devidamente autorizada em sua assembleia geral extraordinária realizada em 28 de agosto de 2014, que deliberou sobre a prestação da referida garantia, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 5371335, em 11 de setembro de 2014.

1.7. A Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definida) prestada pela Natureza Imóveis foi devidamente autorizada em sua assembleia geral extraordinária realizada em 28 de agosto de 2014, que deliberou

sobre a prestação da referida garantia, cuja ata foi registrada na JUCEMG sob o nº 5371890, em 11 de setembro de 2014.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

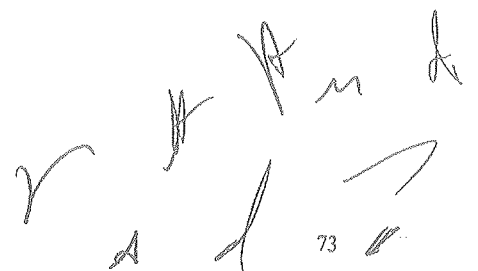
2.1.1.2. A Emissão será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo), de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.1.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação das Atas

2.1.2.1. A ata de AGE da Emissora que deliberou sobre a Oferta foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas ("JUCEA") sob o nº [●], em [●] de [●] de 2014 e publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Amazonas ("DOEAM") em [●] de [●] de 2014 e (ii) no "Jornal do Comércio de Manaus" em [●] de [●] de 2014, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A ata de AGE da Seculus Empreendimentos que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 5371335, em 11 de setembro de 2014 e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") em [●] de [●] de 2014 e (ii) no jornal "Hoje em Dia" em [●] de [●] de 2014.

2.1.2.2. A ata de AGE da Natureza Imóveis que deliberou sobre a prestação de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme abaixo definido) foi arquivada na JUCEMG sob o nº 5371890, em 12 de setembro de 2014 e publicada (i) no DOEMG em [●] de [●] de 2014 e (ii) no jornal "Hoje em Dia" em [●] de [●] de 2014.



2.1.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.1.3.1. A Escritura de Emissão foi registrada na JUCEA sob o nº [●], em [●] de [●] de 2014, e eventuais aditamentos a ela serão registrados na JUCEA, de acordo com o inciso II e §3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3.2. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação").

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. Os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definidos na Cláusula 6.5.1 abaixo) foram celebrados e levados a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis da localidade dos imóveis objetos da garantia, nos prazos indicados em referidos contratos, assim como o serão quaisquer aditamentos a estes contratos, nos prazos indicados em referidos contratos.

2.1.4.2. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.5.1 abaixo) foi celebrado e levado a registro, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das Partes, nos prazos indicados em referido contrato, assim como quaisquer aditamentos a este contrato o serão, nos prazos indicados em referido contrato.

2.1.4.3. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.11 abaixo, a presente Escritura de Emissão foi também registrada, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de sede ou domicílio das Partes.

2.1.4.4. A Emissora entregará vias originais registradas da presente Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ao Agente Fiduciário em 10 (dez) dias contados da data da efetiva realização dos referidos registros, sendo, no caso da presente Escritura, a entrega obrigatória até a Data de Liquidação.

2.1.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 (ii) acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. Nos termos do seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a importação, exportação, fabricação, montagem e comercialização de joias, relógios, pulseiras, caixas para relógios, peças e acessórios de relógios e joias, outros aparelhos de medição de tempo e aparelhos de mecânica ou eletrônica de precisão, bem como prestação de serviços de assistência técnica.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Para todos os fins, esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

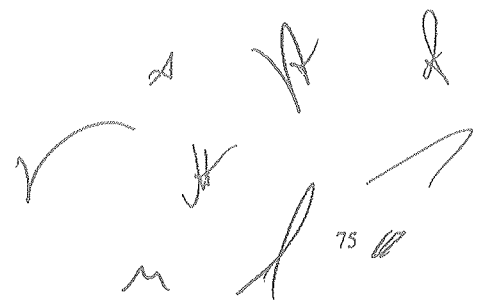
3.3.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, e as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas “Debêntures”.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”), observado que: (i) o valor total de emissão das Debêntures da Primeira Série será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e (ii) o valor total de emissão das Debêntures da Segunda Série será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures, divididas igualmente entre as duas séries, sendo: (i) 40 (quarenta) Debêntures da Primeira Série e (ii) 40 (quarenta) Debêntures da Segunda Série.



75

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

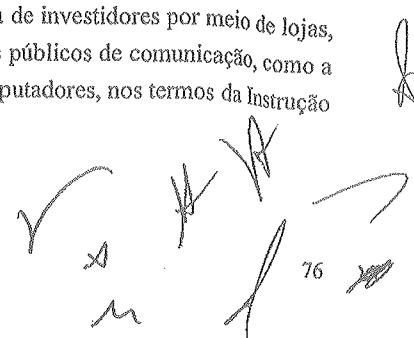
3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", e, no caso da instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A." a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação") e eventuais termos de adesão a esse Contrato de Colocação.

3.7.2. Nos termos do caput do art. 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures com esforços restritos de colocação, por meio da Instrução CVM 476, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento desta Oferta.

3.7.3. O plano de distribuição pública com esforços restritos seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme termo definido abaixo), sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.7.4. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.5. A Emissora e os Coordenadores comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.



76

3.7.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos (observado o disposto no Item 3.7.4 acima), sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo ~~Investidores Qualificados~~ apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.7.7. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.7.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7.10. No ato de subscrição ou aquisição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável.

3.7.11. Nos termos da Instrução CVM 476, o início da Oferta será informado pelos Coordenadores à CVM no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da primeira procura a potenciais investidores ("Comunicação de Início") e o encerramento da Oferta será informado pelos Coordenadores à CVM, nos termos da Instrução CVM 476, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de encerramento da Oferta ("Comunicação de Encerramento").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS COMUNS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

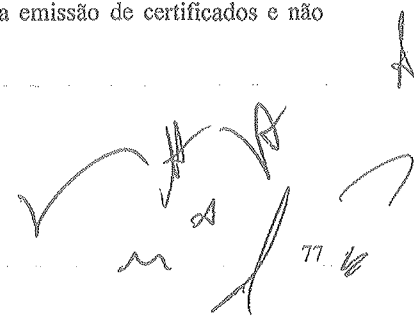
4.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.



77

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador-Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista titular, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 5.5.1 abaixo, as Debêntures da Primeira Série serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.4.2. Nos termos das Cláusulas 4.11 e 6.5.1 abaixo, as Debêntures da Segunda Série serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do MDA.

4.6. Data de Vencimento

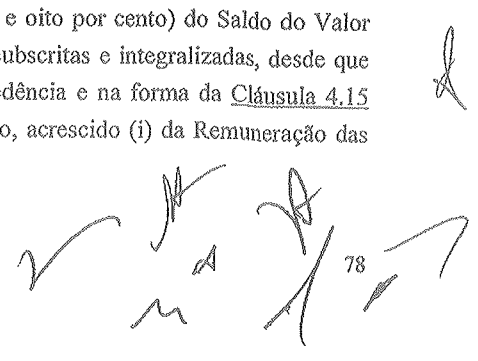
4.6.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.7. Repactuação

4.7.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.8. Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Facultativa de Debêntures pela Emissora

4.8.1. *Amortização Extraordinária Facultativa.* A Emissora poderá realizar a amortização extraordinária facultativa parcial das Debêntures a qualquer tempo, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário, contemplando de forma proporcional todas as Debêntures subscritas e integralizadas, desde que publicado aviso prévio aos Debenturistas com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência e na forma da Cláusula 4.15 abaixo, mediante o pagamento de parcela do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das



Debêntures de cada série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio percentual incidente sobre o valor a ser amortizado acrescido do item (i), conforme a tabela abaixo (“Prêmio de Amortização”):

Data da Amortização Extraordinária	Prêmio de Amortização
De 30/10/14 a 30/10/15	2,40%
De 31/10/15 a 30/10/16	2,00%
De 31/10/16 a 30/10/17	1,70%
De 31/10/17 a 30/10/18	1,50%
De 31/10/18 a 29/10/19	1,10%

4.8.1.1. A comunicação individual a cada um dos Debenturistas, na forma da Cláusula 4.15 abaixo, suprirá a necessidade de publicação de aviso prévio nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, desde que comprovada a ciência inequívoca de todos os Debenturistas sobre a amortização extraordinária facultativa.

4.8.2. *Resgate Antecipado Facultativo.* As Debêntures, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de declaração de vencimento antecipado no caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme termo definido abaixo) nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e das hipóteses de resgate antecipado obrigatório previstas nas Cláusulas 5.2.2.2.4 e 6.2.2.2.4 abaixo, poderão ser resgatadas antecipadamente em sua totalidade, a critério da Emissora, desde que publicado aviso prévio aos Debenturistas com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência e na forma da Cláusula 4.15 abaixo, sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.2.4.

4.8.2.1. O resgate das Debêntures será realizado pelo seu Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures de cada série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio percentual incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do item (i), conforme a tabela abaixo (“Prêmio de Resgate”):

Data do Resgate Antecipado	Prêmio de Resgate
De 30/10/14 a 30/10/15	2,40%
De 31/10/15 a 30/10/16	2,00%
De 31/10/16 a 30/10/17	1,70%
De 31/10/17 a 30/10/18	1,50%
De 31/10/18 a 29/10/19	1,10%

4.8.2.2. As Debêntures somente poderão ser resgatadas antecipadamente se o forem em sua totalidade, sendo vedado o resgate antecipado parcial, de modo que a Emissora apenas poderá promover a quitação parcial de suas obrigações se o fizer por meio de amortização extraordinária facultativa, conforme previsto na Cláusula 4.8.1 acima.

4.8.2.3. As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.8.2.4. A comunicação individual a cada um dos Debenturistas, na forma da Cláusula 4.15 abaixo, suprime a necessidade de publicação de aviso prévio nos termos da Cláusula 4.8.2 acima, desde que comprovada a ciência inequívoca de todos os Debenturistas sobre o resgate antecipado facultativo.

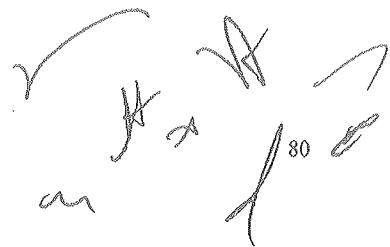
4.8.3. A Emissora deverá comunicar previamente a CETIP, o Escriturador, o Mandatário e o Banco Liquidante sobre a intenção de realizar a amortização extraordinária facultativa e o resgate antecipado facultativo das Debêntures.

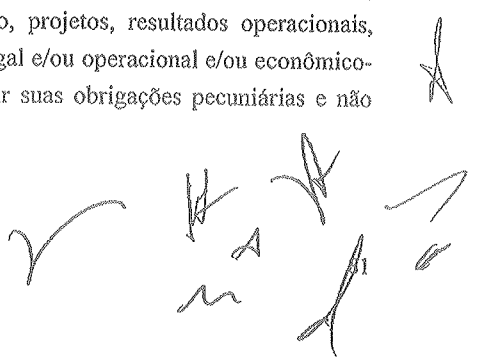
4.8.4. *Aquisição Facultativa de Debêntures pela Emissora.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures por valor igual, inferior ou superior ao respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida a seguir), calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa de que trata esta Cláusula, em qualquer situação, deve constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures que forem recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.9. Vencimento Antecipado

4.9.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.9.1, deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora, pelos Fiadores ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, nos instrumentos de garantia referidos nas Cláusulas 5.5.1 e 6.5.1 abaixo (estes últimos os "Contratos de Garantia" e, em conjunto com a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição, os "Documentos da Emissão") ou em qualquer Dívida (conforme definido abaixo), quando essa operação tiver sido contratada com qualquer dos Debenturistas ou com alguma entidade de seus grupos econômicos;
- (b) descumprimento, pela Emissora, pelos Fiadores ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do evento que deu origem ao referido descumprimento ou, na existência de um prazo de cura específico previsto nos Documentos da Emissão, nesse referido prazo de cura;

 80

- (c) ocorrência de (i) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora; (ii) pedido de autofalência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formalizado pela Emissora, independentemente do deferimento do pedido judicial da falência ou deferimento do processamento da recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros, que não seja elidido no prazo legal; (iv) decretação de falência da Emissora; e (v) evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes institutos;
- (d) dissolução, liquidação, extinção, interdição ou procedimento similar da Emissora, dos Fiadores e/ou dos Garantidores, e, no caso de falecimento dos Fiadores, se não houver a substituição do Fiador falecido por um novo fiador aprovado por Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido falecimento;
- (e) provarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (f) revelarem-se incorretas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, insuficientes, em qualquer aspecto materialmente relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (g) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar o exercício pelos Debenturistas de seus direitos e garantias decorrentes dos Documentos da Emissão, incluindo (i) proferimento de uma ou mais decisões judiciais (em qualquer grau de jurisdição) ou arbitrais, não sujeitas a recurso, que reconheça a ilegalidade, inexistência ou ineficácia de parte ou de todos os Documentos da Emissão, (ii) as garantias constituídas em relação às Debêntures, a fiança prestada pelos Fiadores ou qualquer dos Documentos da Emissão: (ii.a) ser(em) objeto de questionamento pela Emissora, por qualquer dos Fiadores, por qualquer dos Garantidores ou por autoridade governamental (no evento de questionamento por autoridade governamental, caso esse questionamento possa ter um Efeito Adverso Relevante, conforme abaixo definido); (ii.b) ser(em) anulado(s), nulo(s), inválido(s), ou suspenso(s) sob qualquer forma (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); ou (ii.c) de qualquer forma, deixarem de ser plenamente válidos e eficazes, de existir ou serem rescindidos (no caso das garantias, sem que estas sejam substituídas na forma de seus respectivos instrumentos); (iii) o cumprimento pela Emissora, por qualquer Fiador ou por qualquer Garantidor das obrigações resultantes de qualquer Documento da Emissão tornar-se contrário à lei aplicável ou incompatível com esta ou (iv) a ocorrência de um Efeito Adverso Relevante. Para os fins desta Escritura, "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer circunstância, fato, condição, efeito ou alteração que tenha, ou razoavelmente poderia ter, individualmente ou de forma agregada, um efeito adverso relevante na Emissora, nos Fiadores ou nos Garantidores, conforme o caso, com relação aos seus negócios, ativos, reputação, projetos, resultados operacionais, considerados como um todo, que afete ou possa afetar a capacidade legal e/ou operacional e/ou econômico-financeira da Emissora, dos Fiadores ou dos Garantidores de cumprir suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão;
- 

- (h) não manutenção da preferência absoluta dos Debenturistas com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos bens dados em garantia nos termos dos Contratos de Garantia;
- (i) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado (e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado) de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, sejam estes devedores ou garantidores, cujo valor principal agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (j) protesto legítimo, contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores, de título ou contrato cujo valor individual ou agregado não pago seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto for comprovadamente quitado, cancelado, sustado, extinto ou suspenso ou (ii) forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tal garantia não resulte em um Efeito Adverso Relevante, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação do respectivo protesto, ou se, no mesmo prazo, tiver sido devidamente comprovado pela Emissora que (x) o protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, a exclusivo critério dos Debenturistas; ou (y) tenha sido obtida decisão judicial para anulação ou sustação do protesto;
- (k) decisão(ões) judicial(is) determinando execução de títulos ou contratos contra a Emissora e/ou dos Fiadores ou condenando qualquer deles mesmos a pagamentos, cujo valor agregado, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se forem prestadas garantias suficientes em juízo, desde que a prestação de tais garantias não resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- (l) na hipótese de alteração do Controle direto ou indireto da Emissora sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica representando a totalidade das Debêntures em Circulação. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Controle" os termos estabelecidos no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- (m) resgate, amortização de ações ou redução de capital da Emissora, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto em caso de tal redução de capital ser realizada para absorção de prejuízos pela Emissora, desde que não se enquadre na vedação prevista no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora, em montante superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, equivalente a 25% do lucro líquido da Emissora;

- (o) transformação do tipo societário da Emissora de forma que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (q) não apresentação de demonstrações auditadas por empresa regularmente registrada na CVM nos prazos máximos admitidos por aquela autarquia;
- (r) não observância pela Emissora dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente ao término de cada exercício social da Emissora, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014 (inclusive) (os "Índices Financeiros");
- (1) a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora não poderá ser superior a 3,5x (três inteiros e cinco décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2014, 3,3x (três inteiros e três décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2015, 3,0x (três inteiros) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2016, 2,75x (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2017 e 2,5x (dois inteiros e cinco décimos) para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2018;
- (2) a relação entre o EBITDA e as Despesas Financeiras da Emissora não poderá ser inferior a 1,7x (um inteiro e sete décimos) em qualquer dos exercícios sociais.

Para os fins desta Escritura, os termos abaixo terão os seguintes significados, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros da Emissora e memória de cálculo entregues na forma estabelecida nesta Escritura, auditados quando previsto neste instrumento:

- "Despesas Financeiras" significa o somatório das despesas de juros, comissões e despesas bancárias, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza diretamente relacionados à Dívida, descontado de (i) receitas de juros diretamente relacionadas ao Caixa e Equivalente de Caixa; (ii) receitas de juros relacionadas às aplicações financeiras empenhadas como garantia de operações relacionadas à Dívida; e (iii) o resultado positivo ou negativo de variação cambial e de operações com derivativos diretamente relacionados à Dívida Líquida;
- "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro. As aplicações financeiras de

liquidez imediata que estejam empenhadas como garantia de operações relacionadas a Dívida serão consideradas para efeito da composição de "Caixa e Aplicações Financeiras";

- "Dívida" significa o somatório dos empréstimos e financiamentos obtidos com instituições financeiras, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como títulos descontados com direito de regresso, arrendamento mercantil, mútuos a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de hedge e/ou de swap;
 - "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;
 - "EBITDA" significa o lucro antes das "Despesas e Receitas Financeiras, líquidas", imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.
- (s) alienação da totalidade ou parte substancial do ativo imobilizado da Emissora, definindo-se como "parte substancial" do ativo imobilizado da Emissora os ativos que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades dos Fiadores, definindo-se como "parte substancial" ativo(s) ou propriedade(s) dos Fiadores ativos que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), excetuando-se alienações efetuadas entre a Emissora e os Fiadores e Garantidores;
- (t) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, ou por qualquer dos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação;
- (u) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer autoridade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora ou dos Fiadores ou na incapacidade de gestão de seus negócios, definindo-se como parte substancial ativo(s) ou propriedade(s) os ativos ou propriedades que representem um valor individual ou consolidado superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), com relação à Emissora e/ou R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), com relação aos Fiadores, conforme o caso;
- (v) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- (w) não utilização, pela Emissora, dos recursos oriundos das Debêntures na forma prevista nas Cláusulas 5.1.1 e 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (x) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora sem a anuência prévia e expressa de

Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim;

- (y) subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (z) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e/ou licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete ou paralise o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; e
- (aa) prestação, pela Emissora, de aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia a partir da Data de Emissão.

4.9.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (a), (b), (c), (d), (h), (i), (j), (l), (m), (o), (p), (x) e (y) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.9.1.2. Na ocorrência de qualquer outro Evento de Inadimplemento não mencionado na Cláusula 4.9.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, assim que ciente, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula Nona desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação presentes.

4.9.1.3. Adicionalmente ao disposto na Cláusula 4.9.1.2 acima, na hipótese de não convocação ou de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 4.9.2 abaixo.

4.9.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora e aos Fiadores, com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do pagamento, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.9.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.9.2 acima.

4.9.4. Caso a Emissora não proceda ao pagamento referido na Cláusula 4.9.2 acima, serão também acrescidos ao Valor Nominal Unitário, ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures os Encargos Moratórios e Multa (conforme abaixo definidos), incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, ou da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.10.1 abaixo.

4.10. Encargos Moratórios e Multa

4.10.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento (em conjunto, “Encargos Moratórios e Multa”).

4.11. Garantia Fidejussória

4.11.1. As Debêntures são garantidas, ainda, por fiança prestada neste ato pelos Fiadores em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou a seus sucessores a qualquer título, e na melhor forma de direito, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, por todas as obrigações da Emissora relacionadas às Debêntures, garantindo o integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Emissão, inclusive aquelas decorrentes de uma eventual declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 4.11.2 abaixo (“Fiança”).

4.11.2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos relacionados às Debêntures, bem como, quando houver, indenizações, gastos com honorários e despesas advocatícias razoáveis, depósitos, custas e taxas judiciais, medidas extrajudiciais e despesas com Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e CETIP, e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos dos artigos 818 e 822 do Código Civil. Responderão os Fiadores como principais pagadores de toda e qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e que seja exigível nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive aquelas decorrentes de uma eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de um Evento de Inadimplemento (“Obrigações Garantidas”).

4.11.3. Os Fiadores concordam e se obrigam a (a) somente exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão após o adimplemento total das obrigações decorrentes das Debêntures pela Emissora; e (b) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão, antes da integral liquidação das Debêntures, repassar imediatamente tal valor aos Debenturistas, na forma a ser por estes informados, caso ainda haja saldo devedor decorrente das Debêntures.

4.11.4. As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Fiadores em até 7 (sete) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.5. Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.11.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.11, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o valor correspondente às Obrigações Garantidas.

4.11.8. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.11.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

4.11.10. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.1.4.3 acima.

4.11.11. Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam dos Fiadores os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.11.12. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista nesta Cláusula 4.11, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.13. Maria Helena e Vera Lucia, acima qualificadas, em razão do que dispõe o inciso III do artigo 1.647 do Código Civil, na qualidade de cônjuges, respectivamente, de Artur e Márcio, neste ato, declaram-se cientes e autorizam os Fiadores (i) a prestarem a Fiança, nos termos dispostos nesta Escritura de Emissão, e, em especial, (ii) a renunciarem aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração.

4.12. Local de Pagamento e Imunidade

4.12.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Banco Liquidante das Debêntures para os Debenturistas cujas Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. No entendimento do Banco Liquidante, caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.13. Prorrogação dos Prazos

4.13.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na cidade da sede da Emissora, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.13.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais, e a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescentes após realização de cada Amortização Programada.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração aplicável e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.15. Publicidade

4.15.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados aos Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, veiculados no DOEAM e no "Jornal do Comércio de Manaus", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

Cláusula Quinta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

5.1. Destinação de Recursos das Debêntures da Primeira Série

5.1.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a colocação das Debêntures de Primeira Série serão destinados para a quitação antecipada de dívidas decorrentes de contratos de financiamento firmados pela Emissora com o Banco Santander (Brasil) S.A. e relacionados no Anexo I a esta Escritura de Emissão, bem como para a liquidação antecipada das operações assessórias a estes contratos com o Banco Santander (Brasil) S.A. (como por exemplo, por exemplo operações de *swap*) e para investimento em capital de giro da Emissora, todos parte da gestão ordinária de negócios da Emissora.

5.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

5.2.1. Atualização Monetária

5.2.1.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série.

5.2.2. Juros Remuneratórios

5.2.2.1. Cada Debênture da Primeira Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculada e divulgada pela CETIP, no

Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Juros Remuneratórios da Primeira Série" ou "Remuneração da Primeira Série").

5.2.2.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

[Handwritten signatures and initials]

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

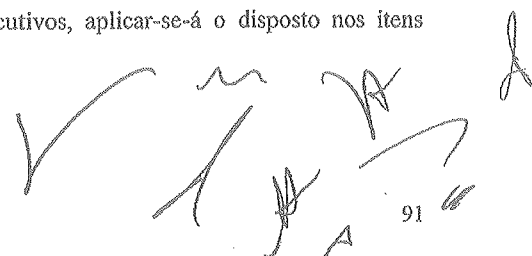
$spread = 3,7500$ (três inteiros e setenta e cinco centésimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “N” um número inteiro.

Observações:

- (vi) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (vii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (viii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (ix) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (x) O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.2.2.2.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 5.2.2.2.3, 5.2.2.2.4 e 5.2.2.2.5 abaixo.



91

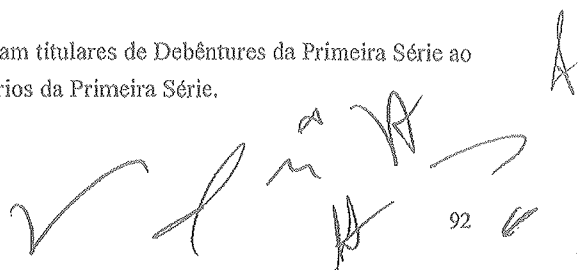
5.2.2.2.3. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

5.2.2.2.4. Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 5.2.2.2.3 acima, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido (i) da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) do Prêmio de Resgate.

5.2.2.2.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta perderá o seu escopo e não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

5.2.3. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ("Período de Capitalização da Primeira Série") é, para o primeiro Período de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização da Primeira Série, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definida) subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 4.9, ou de um resgate antecipado, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização da Primeira Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definido).

5.2.4. Farão jus à Remuneração da Primeira Série aqueles que sejam titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.



Handwritten signatures and initials, including a large checkmark and several stylized signatures, located at the bottom right of the page.

5.3. **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série**

5.3.1. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos trimestralmente nas datas definidas a seguir, exceto nas hipóteses de declaração do vencimento antecipado ou de resgate antecipado, em que os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos na data em que o primeiro deles ocorrer, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série");

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série
1	30 de janeiro de 2015
2	30 de abril de 2015
3	30 de julho de 2015
4	30 de outubro de 2015
5	30 de janeiro de 2016
6	30 de abril de 2016
7	30 de julho de 2016
8	30 de outubro de 2016
9	30 de janeiro de 2017
10	30 de abril de 2017
11	30 de julho de 2017
12	30 de outubro de 2017
13	30 de janeiro de 2018
14	30 de abril de 2018
15	30 de julho de 2018
16	30 de outubro de 2018
17	30 de janeiro de 2019
18	30 de abril de 2019
19	30 de julho de 2019
20	30 de outubro de 2019

5.4. **Amortização do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série**

5.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, nas respectivas datas de amortização ("Amortização Programada da Primeira Série"), conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário da Primeira Série
30 de outubro de 2015	5,9%
30 de janeiro de 2016	5,9%
30 de abril de 2016	5,9%
30 de julho de 2016	5,9%
30 de outubro de 2016	5,9%
30 de janeiro de 2017	5,9%
30 de abril de 2017	5,9%
30 de julho de 2017	5,9%
30 de outubro de 2017	5,9%
30 de janeiro de 2018	5,9%
30 de abril de 2018	5,9%
30 de julho de 2018	5,9%
30 de outubro de 2018	5,9%
30 de janeiro de 2019	5,9%
30 de abril de 2019	5,9%
30 de julho de 2019	5,9%
30 de outubro de 2019	Saldo residual do Valor Nominal Unitário

5.5. Garantias Reais

5.5.1. As Debêntures da Primeira Série serão garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças firmado entre a Seculus Empreendimentos, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente-anuente, a Emissora, nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva"), por alienação fiduciária de imóveis e benfeitorias referidas em tal contrato, de titularidade da Seculus Empreendimentos, localizados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, objeto das Matrículas nº 6389 e 23078 registradas no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte – MG, sob a condição suspensiva de liberação da hipoteca constituída sobre os imóveis no âmbito do contrato "Deposit & Loan" nº 4039859, firmado entre a Emissora e o Banco Santander (Brasil) S.A., mediante quitação antecipada de referido contrato ("Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva").

Cláusula Sexta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

6.1. Destinação de Recursos das Debêntures da Segunda Série

6.1.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a colocação das Debêntures de Segunda Série serão destinados para a quitação antecipada de dívidas decorrentes contratos de financiamento firmados pela Emissora com o Banco Itaú BBA S.A. e relacionados no Anexo II a esta Escritura de Emissão, bem como para investimento em capital de giro da Emissora, todos parte da gestão ordinária de negócios da Emissora.

6.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

6.2.1. Atualização Monetária

6.2.1.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série.

6.2.2. Juros Remuneratórios

6.2.2.2 Cada Debênture da Segunda Série renderá juros remuneratórios incidentes a partir da Data de Emissão, sobre o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescidas de um *spread* de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos (“Juros Remuneratórios da Segunda Série” ou “Remuneração da Segunda Série” e, quando em conjunto com os Juros Remuneratórios da Primeira Série ou com a Remuneração da Primeira Série, respectivamente, os “Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”).

6.2.2.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios correspondentes a cada uma das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

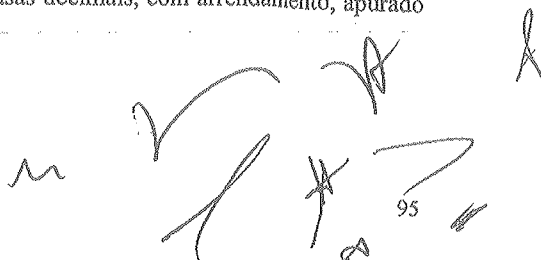
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou, se aplicável, Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n ;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

spread = 3,6000 (três inteiros e sessenta centésimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido a seguir) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " N " um número inteiro.

Observações:

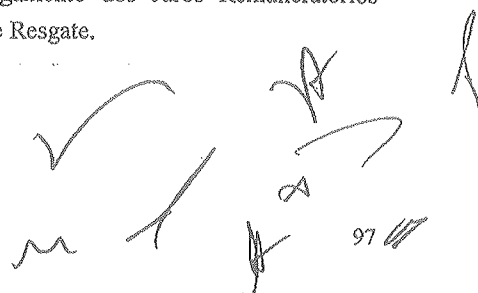
- (vi) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (vii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (viii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, truncase o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (ix) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (x) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.2.2.2.2 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, será aplicada a última Taxa DI divulgada pela CETIP, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 6.2.2.2.3, 6.2.2.2.4 e 6.2.2.2.5 abaixo.

6.2.2.2.3. Sem prejuízo do disposto acima, no caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Segunda Série, ou de determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (a) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (b) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (c) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de determinação judicial proibindo a aplicação da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série que serão aplicados. Até a deliberação do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série quando da definição do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.2.2.2.4. Caso não haja acordo, entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 76% (setenta e seis por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.2.2.2.3 acima, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido (i) da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) do Prêmio de Resgate.



97

6.2.2.2.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta perderá o seu escopo e não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.2.3. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (Período de Capitalização da Segunda Série) é, para o primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização da Segunda Série, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definida) subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 4.9, ou de um resgate antecipado, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização da Segunda Série sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definido).

6.2.4. Farão jus à Remuneração da Segunda Série aqueles que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.3. Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

6.3.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos trimestralmente nas datas definidas a seguir, exceto nas hipóteses de declaração do vencimento antecipado ou de resgate antecipado, em que os Juros Remuneratórios serão pagos na data em que o primeiro deles ocorrer, sendo certo que, caso alguma das referidas datas não seja Dia Útil, considerar-se-á o Dia Útil imediatamente subsequente (cada data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série");

#	Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série
1	30 de janeiro de 2015
2	30 de abril de 2015
3	30 de julho de 2015
4	30 de outubro de 2015
5	30 de janeiro de 2016
6	30 de abril de 2016
7	30 de julho de 2016
8	30 de outubro de 2016
9	30 de janeiro de 2017
10	30 de abril de 2017
11	30 de julho de 2017
12	30 de outubro de 2017

13	30 de janeiro de 2018
14	30 de abril de 2018
15	30 de julho de 2018
16	30 de outubro de 2018
17	30 de janeiro de 2019
18	30 de abril de 2019
19	30 de julho de 2019
20	30 de outubro de 2019

6.4. Amortização do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série

6.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, nas respectivas datas de amortização ("Amortização Programada da Segunda Série"), conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário da Segunda Série
30 de outubro de 2015	5,9%
30 de janeiro de 2016	5,9%
30 de abril de 2016	5,9%
30 de julho de 2016	5,9%
30 de outubro de 2016	5,9%
30 de janeiro de 2017	5,9%
30 de abril de 2017	5,9%
30 de julho de 2017	5,9%
30 de outubro de 2017	5,9%
30 de janeiro de 2018	5,9%
30 de abril de 2018	5,9%
30 de julho de 2018	5,9%
30 de outubro de 2018	5,9%
30 de janeiro de 2019	5,9%
30 de abril de 2019	5,9%
30 de julho de 2019	5,9%
30 de outubro de 2019	Saldo residual do Valor Nominal Unitário

6.5. Garantias Reais

6.5.1. As Debêntures da Segunda Série serão garantidas pelas seguintes garantias:

(a) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes das vendas de produtos e mercadorias realizadas pela Emissora a seus clientes, direta ou indiretamente, pela Emissora, juntamente com as garantias legais ou contratuais a eles vinculadas, bem como todos os direitos sobre a conta vinculada de titularidade da Emissora e valores atualmente existentes e a serem depositados, a qualquer tempo, em referida conta vinculada (inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária), decorrentes dos pagamentos efetuados pelos clientes da Emissora e/ou de depósitos realizados pela Emissora, em valor total que corresponda, no mínimo, a 20% (vinte por cento) do saldo devedor da dívida relacionada às Debêntures da Segunda Série ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e

(b) nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis e Outras Avenças firmado entre a Natureza Imóveis, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente-anuente, a Emissora, nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"), alienação fiduciária de imóveis e benfeitorias referidas em tal contrato, de titularidade da Natureza Imóveis, localizados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, objeto das Matrículas nº 25996, 25997, 49211, 49212, 49213, 49214 e 49215, registradas no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte – MG ("Alienação Fiduciária de Imóveis" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóveis Sob Condição Suspensiva e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantias Reais").

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (ee) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações, previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (viii) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ix) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (x) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, em até 10 (dez) Dias Úteis, para o Agente Fiduciário, bem como fornecer ao

Agente Fiduciário declaração assinada pelos diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (xi) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (xii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xiii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário; e
- (xiv) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (ff) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas nos termos dos itens (a)(iii) e (a)(vi) acima;
- (gg) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CVM, a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (hh) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- (ii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em um Efeito Adverso Relevante;
- (jj) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (kk) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

- (ll) contratar e manter contratados, a suas expensas, os prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, incluindo o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e os sistemas de distribuição (MDA) e negociação (CETIP21) das Debêntures;
- (mm) apresentar imediatamente ao público quaisquer fatos considerados "fatos relevantes" nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (nn) não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta;
- (oo) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado por escrito com as instituições financeiras intermediárias da Oferta;
- (pp) responder e responsabilizar-se pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas por ocasião da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, incluindo as informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (qq) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (rr) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, memória de cálculo, elaborada pela Emissora, com todas as rubricas necessárias para demonstrar o cumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, aos Fiadores e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
- (ss) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que, nos termos das leis e regulamentos vigentes, possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- (tt) arquivar a ata da AGE na JUCEA e publicá-la (a) no DOEAM e (b) no "Jornal do Comércio de Manaus", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (uu) informar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;

- (vv) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) pela Emissora;
- (ww) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xx) apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Emissão, declarações e informações verdadeiras, consistentes, completas e corretas na data em que foram prestadas, comprometendo-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (yy) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (zz) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (aaa) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- (bbb) fornecer, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (ccc) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (ddd) manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- (eee) realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (fff) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais

legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(ggg) nos termos de sua política interna de anticorrupção, garantir que nem ela nem suas Afiliadas, e todas as pessoas agindo em seu nome ou de suas Afiliadas, incluindo gerentes, conselheiros, diretores e empregados (“Representantes”), realize (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevida a funcionários, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (“Atos Lesivos”);

(hhh) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea “m” da Cláusula 8.5 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto na alínea “n” da Cláusula 8.5 abaixo.

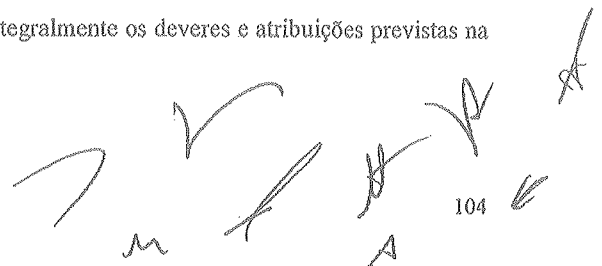
7.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

Cláusula Oitava – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

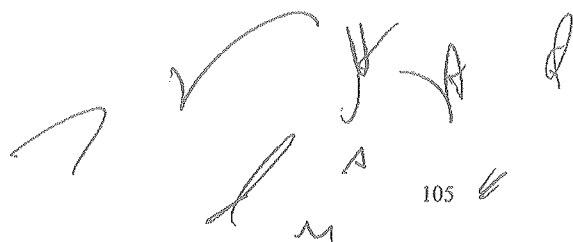
8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

(m) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;



104

- (n) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (o) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (p) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (q) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (r) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (s) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (t) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (u) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas nas Cláusulas 4.11, 5.5.1 e 6.5.1, bem como sua suficiência e exequibilidade;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, alínea k, ambos da Instrução CVM 28, que não presta serviços de agente fiduciário em outra emissão da própria Companhia ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Companhia;
- (w) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social; e
- (x) assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.



Handwritten signatures and initials, including a large checkmark and several stylized signatures, located at the bottom right of the page.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.4. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e, os demais pagamentos, na mesma data dos anos subsequentes.

8.4.1. As parcelas citadas na Cláusula 8.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

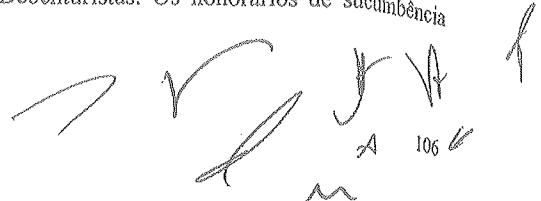
8.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.4.5. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício de sua função, incluindo publicações em geral, contatos telefônicos, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, custos incorridos com especialistas, como auditores ou assessores legais, entre outras, as quais serão arcadas pela Emissora, mediante pagamento das despesas emitidas diretamente em seu nome ou mediante reembolso ao Agente Fiduciário, acompanhadas dos respectivos comprovantes, após, sempre que possível, prévia aprovação da Emissora.

8.4.6. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais relativas a ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the letter 'A' or '106' next to them.

serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (v) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (w) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (x) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (y) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (z) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (aa) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (bb) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (cc) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais e da Fiança, bem como do valor dessa garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (dd) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (ee) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, a expensas desta;

- (ff) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, (conforme termo definido abaixo), conforme procedimento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (gg) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, bem como confeccionar os Atos das Assembleias Gerais de Debenturistas;
- (hh) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativo aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
 - (vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (viii) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (xi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo (a Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) o valor da emissão; (iii) a quantidade e espécie das debêntures emitidas; (iv) o prazo de vencimento das debêntures; (v) o tipo e valor dos bens dados em garantia, bem como a denominação dos garantidores; e (vi) os eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (ii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) nas respectivas sedes dos Coordenadores.
- (jj) publicar, a expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme previsto na Cláusula 4.15.1, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (kk) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações razoáveis feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (ll) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (mm) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, na forma prevista na Cláusula 4.15.1 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(nn) disponibilizar o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*;

(oo) solicitar à Emissora, ao final de exercício social, cópia do demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros previstos na alínea "r" da Cláusula 4.9.1 acima, com sua respectiva memória de cálculo; e

(pp) divulgar as informações referidas no item (xii) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

8.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (f) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (g) requerer a falência da Emissora;
- (h) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (i) executar as garantias descritas nas Cláusulas 4.11, 5.5.1 e 6.5.1, bem como quaisquer outras garantias que venham a ser constituídas em favor dos Debenturistas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; e
- (j) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) assim autorizar por unanimidade. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão.

8.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.1.3 acima.

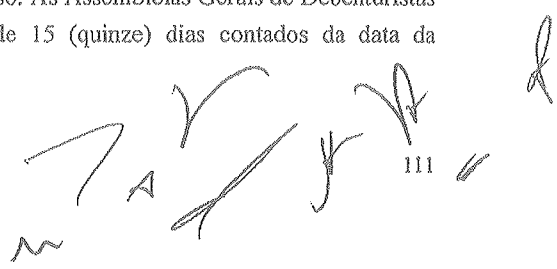
8.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.15.1 acima.

8.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Nona – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas"). Nos casos em que as matérias sejam de interesse comum a todos os Debenturistas, as decisões nas Assembleias Gerais de Debenturistas serão tomadas em conjunto por todos os titulares de Debêntures e, nos casos em que as matérias sejam de interesse de uma determinada série, as decisões serão tomadas somente pelos Debenturistas da série em questão.

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da série em questão, conforme o caso. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da



111

publicação do edital de convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados de fim do prazo para a realização da assembleia em primeira convocação.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou metade das Debêntures em Circulação da série em questão, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas ou a totalidade dos Debenturistas da série em questão, conforme o caso.

9.6. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

9.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Nona, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

9.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.

9.12. Exceto pelo disposto na Cláusula 4.9.1.2 acima, na Cláusula 9.13 abaixo, ou se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas relativas a pedidos de renúncia ou perdão temporário dependerão da aprovação de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.

9.13. As alterações relativas às características das Debêntures de uma determinada série, conforme tenham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) a Data de Vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) exclusão ou alteração dos Eventos de Inadimplemento, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Nona dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

9.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

Cláusula Décima – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

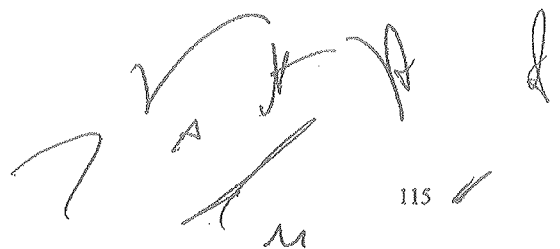
10.1. A Emissora e os Fiadores, neste ato, declaram que:

- (t) a Emissora é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (u) os Fiadores são plenamente capazes para a prática de todos os atos da vida civil;
- (v) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive societárias e perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura de Emissão, à prestação da Fiança, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (w) esta Escritura de Emissão, a Fiança e as obrigações aqui previstas constituem obrigação lícita, válida e exigível da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (x) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam: (i) o Estatuto Social da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou dos Fiadores (exceto por aqueles dados em garantia nos termos dos Contratos de Garantia), ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) violação a qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral

em face da Emissora ou dos Fiadores ou quaisquer dos seus bens e propriedades; ou (iv) violação de qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos;

- (y) nesta data, a Emissora detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades;
- (z) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a, qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora ou pelos Fiadores de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão ou para a prestação da Fiança, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP 21;
- (aa) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (bb) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, e desde a data das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma alteração adversa relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer redução no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (cc) não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Fiadores;
- (dd) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos Debenturistas;
- (ee) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, bem como com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, em observância ao princípio da boa-fé;

- (ff) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos no âmbito da Oferta são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- (gg) estão cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aqueles que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e cujo descumprimento dessas leis, normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais não possa resultar em uma alteração adversa relevante nas suas situações financeiras ou operacionais, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (hh) estão cumprindo rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou aos seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. Obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.
- (ii) estão em dia com os pagamentos de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé pelos meios adequados e cujo descumprimento não possa resultar em uma alteração adversa relevante nas suas situações financeiras ou operacionais;
- (jj) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções com relação a esta Oferta;
- (kk) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (ll) observa, bem como faz com que seus Representantes observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei 12.846/2013 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável, adotando políticas internas anticorrupção que coíbe a prática dos Atos Lesivos e garante o integral cumprimento das referidas leis anticorrupção e dos quais seus Representantes tenham pleno conhecimento.



Handwritten signatures and initials, including a large 'V' and several other marks, located at the bottom right of the page.

Cláusula Onze – DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

At.: Srs. Paulo Azevedo, Rodrigo Messano e Vinicius Michel

Tel.: (31) 3516-7636 / (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524

E-mail: paulo.azevedo@seculus.com.br / rodrigo.messano@seculus.com.br / vinicius.michel@seculus.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

Att.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para os Fiadores:

Artur Geraldo de Azevedo

Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524

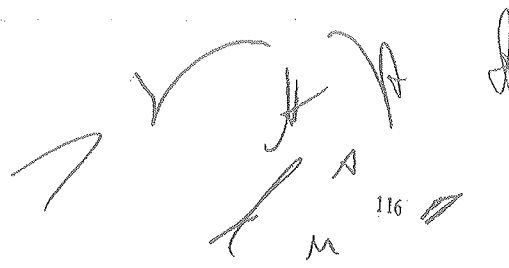
E-mail: artur.azevedo@seculus.com.br

Márcio José Siqueira de Azevedo

Avenida Afonso Pena, nº 3.577, 4º andar, Bairro Mangabeiras

30130-008, Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3516-7600 / (31) 3517-7524



E-mail: márcio.azevedo@seculus.com.br

11.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telégrafo, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fax (answer back), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fax, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

11.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes por aquela que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Doze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

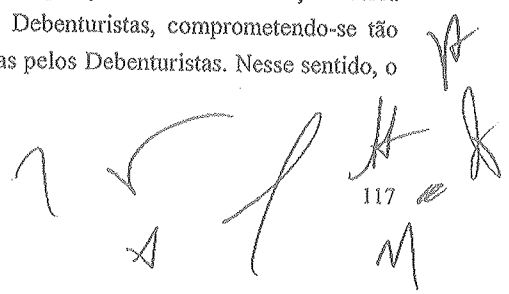
12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que será de exclusiva responsabilidade da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Nesse sentido, o



117

Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disso aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

12.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

12.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Reais, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.8. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.9. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Treze – FORO

13.2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 9 (nove) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

[Página de assinatura 1/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Na qualidade de Fiadores:

ARTUR GERALDO DE AZEVEDO

CPF:

MÁRCIO JOSÉ SIQUEIRA DE AZEVEDO

CPF:

Para fins de outorga uxória:

MÁRIA HELENA SILVA DE AZEVEDO

CPF:

VERA LUCIA LEÃO DE AZEVEDO

CPF:

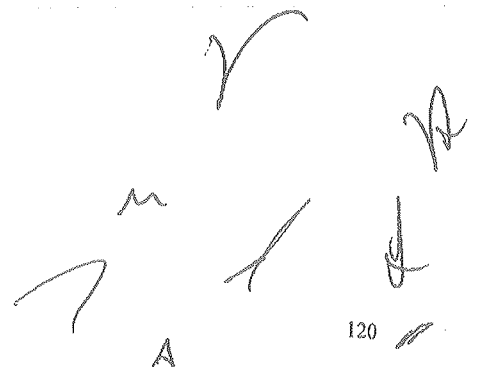
[Página de assinatura 2/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0
0 0 0 0 0 0 0 0

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: _____

Cargo:

Handwritten signatures and initials, including a large 'V' at the top, a 'u' in the middle, and a 'A' at the bottom left. To the right, there are several other signatures and initials, including one that looks like 'R' and another that looks like 'A'.

[Página de assinatura 3/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signatures and initials]

[Página de assinatura 4/5 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A.]

122

NATUREZA IMÓVEIS S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

122

[illegible]

Nome:
CPF:

123

ANEXO I AO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE - DÍVIDAS A SEREM PAGAS COM ESSES RECURSOS:

Banco	Nº Contrato	Data Inicial	Parcela	Vencimento	Principal	Moeda
SANTANDER	400270709613	27/6/2013	15	27/9/2014	277.777,78	BRL
			16	27/10/2014	277.777,78	BRL
			17	27/11/2014	277.777,78	BRL
			18	27/12/2014	277.777,78	BRL
			19	27/1/2015	277.777,78	BRL
			20	27/2/2015	277.777,78	BRL
			21	27/3/2015	277.777,78	BRL
			22	27/4/2015	277.777,78	BRL
			23	27/5/2015	277.777,78	BRL
			24	27/6/2015	277.777,78	BRL
			25	27/7/2015	277.777,78	BRL
			26	27/8/2015	277.777,78	BRL
			27	27/9/2015	277.777,78	BRL
			28	27/10/2015	277.777,78	BRL
			29	27/11/2015	277.777,78	BRL
			30	27/12/2015	277.777,78	BRL
			31	27/1/2016	277.777,78	BRL
			32	27/2/2016	277.777,78	BRL
			33	27/3/2016	277.777,78	BRL
			34	27/4/2016	277.777,78	BRL
			35	27/5/2016	277.777,78	BRL
			36	27/6/2016	277.777,70	BRL
	400271086713	24/9/2013	12	24/9/2014	41.666,67	BRL
			13	24/10/2014	41.666,67	BRL
			14	24/11/2014	41.666,67	BRL
			15	24/12/2014	41.666,67	BRL
			16	24/1/2015	41.666,67	BRL
			17	24/2/2015	41.666,67	BRL
			18	24/3/2015	41.666,67	BRL
			19	24/4/2015	41.666,67	BRL
			20	24/5/2015	41.666,67	BRL
			21	24/6/2015	41.666,67	BRL
			22	24/7/2015	41.666,67	BRL
			23	24/8/2015	41.666,67	BRL
			24	24/9/2015	41.666,59	BRL
	313438422062011	22/6/2011	7	8/12/2014	2.519.300,00	USD
			8	5/6/2015	2.519.300,00	USD
			9	2/12/2015	2.519.300,00	USD
			10	31/5/2016	2.519.300,00	USD

ANEXO II AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA SECULUS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE -
DÍVIDAS A SEREM PAGAS COM ESSES RECURSOS:

Banco	Nº Contrato	Data Inicial	Parcela	Vencimento	Principal	Moeda
ITAÚ	100113100017600	22/10/2013	12	17/10/2014	1.090.909,08	BRL
			13	17/11/2014	272.727,27	BRL
			14	16/12/2014	272.727,27	BRL
	100113120000800	4/12/2013	10	30/9/2014	1.333.333,32	BRL
			11	30/10/2014	333.333,33	BRL
			12	1/12/2014	333.333,33	BRL
			13	29/12/2014	333.333,33	BRL
	101114070005700	21/7/2014	1	19/9/2014	4.183.808,17	BRL
	101114070007300	24/7/2014	1	19/9/2014	4.206.536,16	BRL